

POVOS DA ANTIGUIDADE NA ÁFRICA INDO ALÉM DO EGITO

Clarisse dos Santos



**POVOS DA
ANTIGUIDADE
NA ÁFRICA**
INDO ALÉM
DO EGITO

Clarisse dos Santos



POVOS DA ANTIGUIDADE NA ÁFRICA INDO ALÉM DO EGITO

Clarisse dos Santos

Editor

Lécio Cordeiro

Revisão de texto

Departamento editorial

Projeto gráfico, diagramação e capa

Nathália Sacchelli

Direitos reservados à

Editora Prazer de Ler Ltda.

CNPJ: 14.605.341/0001-03

Fizeram-se todos os esforços para localizar os detentores dos direitos dos textos contidos neste livro. A editora pede desculpas se houve alguma omissão e, em edições futuras, terá prazer em incluir quaisquer créditos faltantes.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Santos, Clarisse dos
Povos da antiguidade na África : indo além do
Egito : 6º ano / Clarisse dos Santos. -- Recife, PE :
Prazer de Ler, 2023.

ISBN 978-85-8168-831-2

1. Ciências humanas (Ensino fundamental)

I. Título.

23-152707

CDD-372.8

Índices para catálogo sistemático:

1. Ciências humanas : Ensino fundamental 372.8

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

ISBN aluno: 978-85-8168-831-2

ISBN professor: 978-85-8168-855-8

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei nº 9.610,
de 19 de fevereiro de 1998.

Impresso no Brasil.

APRESENTAÇÃO

Pirâmides, esfinges, faraós, múmias... Você, com certeza, já ouviu falar desses elementos que fazem parte da cultura do Egito Antigo. Porém, além do Egito Antigo, outros povos, outras sociedades e até mesmo outros reinos e impérios se formaram em toda a região africana. Apesar de nem todos terem alcançado a grandiosidade do Império Egípcio, os outros povos também foram importantes tanto para a formação da África quanto para a formação do mundo.

Atualmente, evidências científicas apontam que os primeiros seres humanos surgiram no continente africano e de lá se espalharam para o mundo. Por isso, consideramos a África como o berço da humanidade. Assim fica fácil de entender por que é tão importante estudarmos como eram as civilizações africanas na Antiguidade, pois, dessa forma, podemos aprender sobre os modos de vida de sociedades que remetem às nossas origens e que construíram as bases das tecnologias que conhecemos e usamos hoje, como novas máquinas para a agricultura, diversos aplicativos para a resolução de cálculos de Matemática, aparelhos GPS, radares portáteis e embarcações autônomas para as navegações.

Neste livro, conheceremos a África para além do Egito Antigo, explorando outras regiões desse rico continente. Vamos aprender um pouco mais sobre outros povos e suas diversidades. Dessa maneira, buscamos superar a ideia, ainda persistente, de que a história do continente africano só se torna importante após o contato com os povos europeus, árabes e asiáticos. Compreender a origem de diferentes povos da África é também compreender as origens e ancestralidades brasileiras, formadas tão fortemente por povos africanos.

Boa leitura!



Matrintoshka | Adobe Stock

Representação gráfica do processo de mumificação no Egito Antigo. Nesse processo, os órgãos internos da pessoa morta eram retirados. Depois, aplicavam-se produtos químicos que atuavam na preservação do corpo. Por fim, enfaixavam-no com panos de linho, dando forma ao que conhecemos como **múmia**, que era colocada em sarcófagos de pedra. Os egípcios desenvolveram avançados conhecimentos anatômicos e técnicas de preservação. Eles acreditavam que, na vida eterna, após ser julgado pela deusa Anúbis, o espírito voltaria para o corpo novamente, por isso este deveria se manter preservado.

SUMÁRIO

Conhecendo o continente africano	6
A civilização egípcia	6
Características do continente africano	9
Entendendo a geografia da África	10
A África na Antiguidade	13
Reconhecendo alguns povos africanos	16
Refleta sobre o conteúdo.....	21
Reinos orientais	26
Núbia: a terra do ouro	27
Império de Kush	29
A dominação egípcia sobre Kush	30
Ascensão do Império de Kush	32
A civilização meroíta	33
As mulheres na Núbia	36
Império de Axum	37
Refleta sobre o conteúdo.....	38

Reinos ocidentais	46
A vida no deserto	48
Reino de Gana	49
Império do Mali	51
Refleta sobre o conteúdo.....	56

África e Brasil: para reconhecer nossas origens	62
Os primeiros contatos.....	63
Reino de Dongo	65
O tráfico de pessoas do reino de Dongo para o Brasil	69
Diferentes sistemas de escravização	70
Os africanos no Brasil	71
A cultura afro-brasileira	72
Refleta sobre o conteúdo.....	76



1

Conhecendo o continente africano

A civilização egípcia

Você já se perguntou por que ouvimos tanto falar nos egípcios, mas não ouvimos quase nada sobre outras civilizações, povos e países africanos? De fato, o Egito foi a civilização mais grandiosa e importante da antiguidade africana, tanto que seu legado repercute até os dias atuais.

A construção das pirâmides, por exemplo, só foi possível graças a um desenvolvimento muito sofisticado da Matemática e da Engenharia. Sábios do Egito, como **Imhotep** (2700 a.C.), levantaram questões filosóficas sobre o tempo, a morte e a convivência entre seres humanos muito antes dos filósofos gregos, hoje muito mais conhecidos. Na verdade, os gregos antigos estudaram no Egito e admitiram a influência dos egípcios no desenvolvimento e na expansão das suas reflexões e investigações científicas e filosóficas.

Pirâmide de Quéops, em Gizé, Egito. Das sete maravilhas do mundo, esta é a mais antiga, preservando intacta a maior parte de sua estrutura.



noon@photo | Adobe Stock

sculpies | Adobe Stock

Imhotep foi um dos primeiros **polímatas** — alguém com conhecimentos em áreas distintas — de que se tem notícia. Viveu no Egito Antigo e serviu como chanceler do faraó Djoser. Imhotep foi considerado um médico primoroso, tendo se tornado, para os egípcios, o deus da Medicina. Também a ele são creditadas a projeção e a coordenação da construção do túmulo do faraó Djoser, a primeira pirâmide egípcia escalonada, ou seja, em formato de escadaria — dessa forma, de acordo com a crença egípcia, o espírito do faraó alcançaria mais facilmente o céu. Séculos depois, os gregos consideraram Imhotep essencial para o desenvolvimento de seus conhecimentos médicos.



wikipedia.org

Na imagem, foto da estátua de Imhotep em exposição no Museu do Louvre, Paris, França.

Outro fator que contribuiu para que tivéssemos mais informações sobre a civilização egípcia foi o fato de que o sistema de escrita desse povo foi decifrado ainda no século XVII, o que não aconteceu com outras sociedades africanas. Por fim, o contato da civilização egípcia, ainda na **Antiguidade**, com outras sociedades, como a grega e a árabe, e com outros povos no próprio continente africano, também favoreceu o amplo conhecimento da cultura dessa civilização.

Todos esses fatores nos ajudam a entender o porquê de o Egito Antigo ser tão discutido. Mas ainda nos resta a questão: por que outras civilizações africanas, também significativas, não são tão conhecidas e estudadas? Algumas delas foram muito importantes até mesmo para a nossa formação enquanto brasileiros: grande parte dos africanos que chegaram ao Brasil para serem escravizados pertenciam à tradição religiosa banto, especialmente na África Central, região que hoje compreende Chade, República Centro-Africana, Camarões, Guiné Equatorial, Gabão, Congo, República Democrática do Congo, Angola, Burundi, Ruanda e São Tomé e Príncipe.

A **Antiguidade** foi um período que marcou a história do Ocidente. Teve início com o aparecimento da escrita (3500 a.C.) e terminou com a queda do Império Romano (476 d.C.).

Para saber mais sobre o desenvolvimento da ciência no Egito Antigo, acesse o QR Code a seguir.



A incrível ciência
do Egito Antigo |
Superinteressante

A ideia de civilização baseada no modelo europeu, muitas vezes, considera menor ou menos importante tudo o que se apresenta como diferente da cultura europeia. Um dos filósofos mais importantes da contemporaneidade, o alemão Friedrich Hegel (1770–1831), não considerava a história da África Negra (do Sul, ou Subsaariana) como parte da história universal. Para ele, faltavam à África Negra a objetividade, o ideal de Estado, o conceito de Deus, do Eterno e do Justo; por isso, o continente africano não é considerado relevante.

O Egito e a região mediterrânea, próximo à Europa, eram a exceção à teoria de Hegel, pois seria impossível negar a influência egípcia na civilização ocidental. Ainda assim, por muito tempo, predominou a ideia de que a parte norte, ou Setentrional, do continente africano seria a “África Branca”, na tentativa de desapropriar os africanos de sua cultura e civilização. A perpetuação dessa ideia equivocada também contribuiu para que não soubéssemos muitas coisas sobre outras regiões africanas, especialmente as da África Negra.

Estudos recentes já provaram que essas afirmações não passam de mitos que precisam ser derrubados. Neste livro, saberemos um pouco mais sobre alguns reinos que foram importantes para a história do continente africano e mantiveram relação com o Império Egípcio, como foi o caso dos reinos de Núbia e de Kush.

Temos acesso a todas essas informações graças ao trabalho de arqueólogos e paleontólogos, que desenvolvem estudos e pesquisas a partir de vestígios achados em escavações, como fósseis, peças de metal e cerâmicas, objetos que sobreviveram ao tempo e nos contam histórias sobre esses povos tão distantes. Assim, a cada novo objeto encontrado, novas informações são agregadas ao que já se sabe, podendo até mesmo mudar a visão que temos sobre essas sociedades antigas.



Petr Bonek | Shutterstock

Escavação arqueológica realizada no Cairo, Egito, em novembro de 2017.

A **Arqueologia** é a ciência responsável por estudar a cultura e os modos de vida de sociedades passadas. O arqueólogo é o profissional que encontra, identifica e analisa objetos do passado, investigando a transformação da sociedade ao longo do tempo. Já a **Paleontologia** é uma área da Biologia que estuda a vida, não apenas a humana, na Terra em tempos passados, observando vestígios preservados dos seres vivos desde a origem da vida.

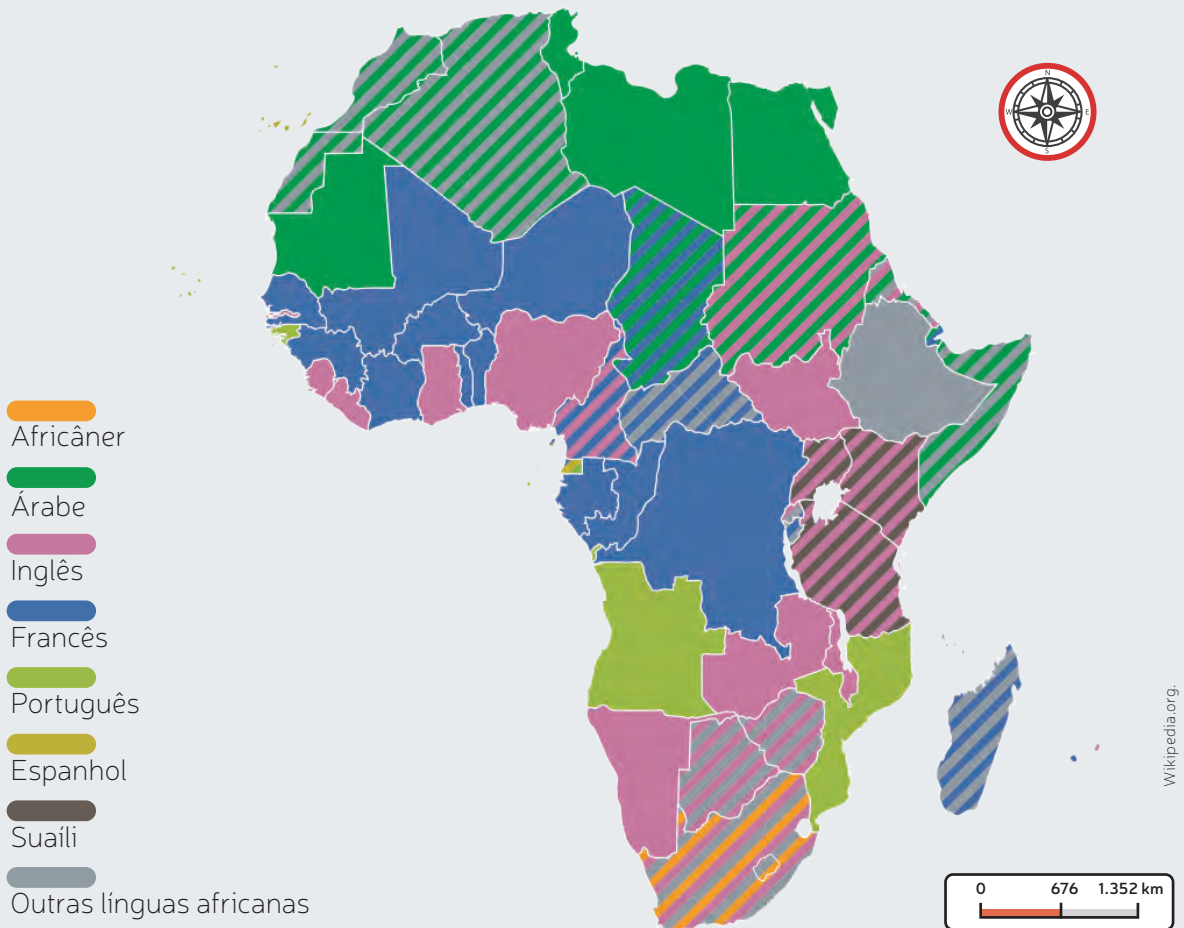
Características do continente africano

Quando falamos de África, muitas vezes temos a impressão de estar nos referindo a um único país, um território homogêneo. Não poderíamos estar mais enganados. A África é um imenso continente, composto por 54 países e quase três mil línguas nativas. Esses dados nos dão a dimensão da grandiosidade desse território, que só perde em extensão para os continentes asiático e americano. Assim, o continente africano apresenta uma enorme diversidade cultural, étnica, social e política.

As quase três mil línguas faladas no continente africano correspondem a 30% dos idiomas falados em todo o planeta. Além disso, há mais de oito mil dialetos ao longo do território africano. Essa diversidade demonstra que a África é caracterizada por um forte multilinguismo, visto que até mesmo comunidades vizinhas podem falar línguas ou dialetos diferentes.

Segundo a Unesco, existem países africanos que falam duas ou três línguas, enquanto há outros que podem falar muito mais, como é o caso da Nigéria, que possui mais de 500 línguas.

Além das que são nativas, também podemos encontrar países que têm como oficial alguma língua europeia, como o francês, o português e o espanhol. A seguir, podemos visualizar um mapa que mostra as línguas oficiais dos países africanos — aquelas utilizadas nos ambientes midiáticos, jurídicos e, muitas vezes, pedagógicos.



Mapa do continente africano e sua divisão regional atual.



Além de suas divisões linguística e regional, como vimos anteriormente, a África pode ser classificada a partir de outros critérios, que remetem exatamente à diversidade do continente. Nesse sentido, essa região apresenta grandes áreas desérticas e de **savanas**. Em vista de tal multiplicidade, podemos encontrar diversos tipos de vegetação no continente africano, cuja divisão que destaca as variadas vegetações, por exemplo, é um importante indicador para entender como os povos se distribuíram e habitaram a África ao longo do tempo.

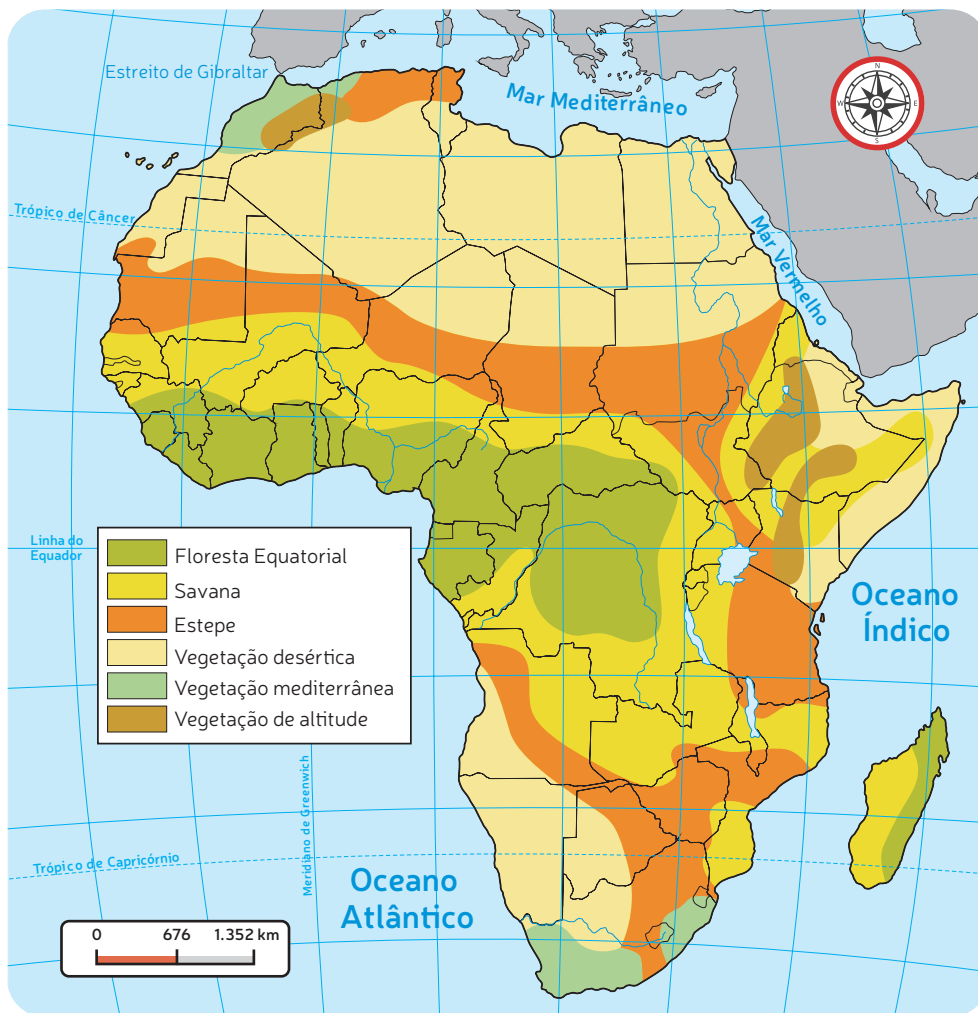
Entendendo a geografia da África

Agora, vamos conhecer um pouco sobre as vegetações do continente africano. Provavelmente, você já ouviu falar do Deserto do Saara. É muito comum lembrar do Saara ao conversarmos sobre África, por isso vamos começar a conhecer esse continente a partir dessa área desértica.

O **Saara** é o maior, e talvez o mais conhecido, deserto do mundo. Ele atravessa o continente africano de ponta a ponta e divide a África em dois grandes grupos: África Setentrional, ao norte do deserto; e África Subsaariana, ao sul do Saara. Próximo às costas leste e oeste, o Saara é cortado pelos rios Nilo e Niger, respectivamente.

Além do Saara, há o Deserto de Kalahari, que fica na região sudoeste da África, mais próximo ao sul, abrangendo os territórios de Botsuana, África do Sul, Angola, Namíbia, Zâmbia e Zimbábue.

As **savanas** são um tipo de vegetação em que as árvores são pequenas e esparsas e há a predominância de plantas rasteiras e de pequeno porte, como gramíneas e arbustos. Nas savanas, há uma fauna diversa, composta por grandes animais, como elefantes, girafas, rinocerontes e antílopes.



Divisão do continente africano a partir de suas vegetações.

As **estepes** são um tipo de vegetação na qual há basicamente espécies rasteiras, como gramíneas e arbustos, e uma ausência de árvores.

Entre o Deserto do Saara e o início das savanas, há uma região chamada **Sahel**, uma faixa de cerca de 700 km, formando uma borda em toda a extensão sul do Saara. Conhecido como **as praias do deserto**, o Sahel tem como predominante a vegetação de **estepes**. Essa é uma região importante para o comércio realizado ao longo do Saara.

O **Sahel** é uma região semiárida, com aproximadamente 5.400 km de extensão e 700 km de largura. Abrange Senegal, Mauritânia, Mali, Burkina Faso, Argélia, Níger, Nigéria, Chade, Camarões, Sudão do Sul, Etiópia e Eritreia.



Regiões do Deserto do Saara e do Sahel.

Essa é uma das regiões mais vulneráveis do planeta, segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), porque, além da ocorrência frequente de secas, doenças e fome, também é uma das regiões com mais conflitos de ordem social, política e econômica.

Um dos problemas enfrentados, atualmente, pelos países dessa região é o processo de desertificação provocado pelo avanço do Deserto do Saara. Uma das estratégias utilizadas para contê-lo é a plantação de árvores. Na imagem, vista aérea de trecho da região do Sahel, localizada em Dogondochi, Níger.



homocosmicos | Adobe Stock

A região central do continente africano, por sua vez, é dominada pelas savanas e pelas florestas tropicais e equatoriais. Porém, muitas áreas de floresta foram pouco a pouco sendo derrubadas para abrir espaço para o cultivo de alimentos e para a criação de animais, atividades que eram combinadas à caça, à pesca e à coleta de alimentos para a sobrevivência dos povos que ali se instalaram.

O Kalahari é o segundo maior deserto da África. A região chama a atenção por apresentar características que nem sempre são comuns para um deserto, como altos índices de chuva em determinadas épocas do ano e uma grande diversidade de vegetação e de animais. Na imagem, vemos um grupo de flamingos em um trecho do Deserto do Kalahari, localizado na Namíbia.



vadim.nefedov | Adobe Stock

Nas áreas de savana, além dos conhecidos **safáris**, a criação de gado foi predominante e ainda hoje representa a principal atividade econômica de algumas dessas regiões.



Safári realizado no Parque Nacional Serengeti, na Tanzânia, região de savana que abriga a maior migração de mamíferos do mundo.



Safáris são expedições feitas em terra, a fim de observar os animais selvagens que vivem na savana. Para saber mais sobre como ocorre um safári, acesse o QR Code a seguir.



Safári na África HD |
Valdir Silva

A essa altura, já deve estar claro para você que os povos que vivem no deserto, naturalmente, têm necessidades muito diferentes dos povos que vivem nas florestas, ou mesmo nas savanas. Os modos de trabalhar, de morar, de se locomover, os alimentos disponíveis: tudo se diferencia a depender do lugar onde as populações vivem.

A África na Antiguidade

Até agora, estamos falando de características do continente africano que ainda podem ser observadas atualmente. No entanto, na Antiguidade, os povos que viviam nas distintas regiões africanas também tinham que lidar com o ambiente de forma singular. Evidentemente, eles não dispunham de muitas tecnologias, como as que existem atualmente, que ajudam a superar alguns problemas enfrentados por quem vive em lugares de difícil ocupação, como o deserto.

Todavia, isso não significa que as populações africanas da Antiguidade não sabiam contornar os problemas que surgiam. Os povos do deserto, por exemplo, eram, em sua maioria, nômades. Eles conheciam muito bem os caminhos certos por onde andar, e esse saber tornava possível o transporte de pessoas e a comercialização de produtos em regiões de difícil transposição.



Os **beduínos** são os povos nômades que habitam as áreas desérticas do Oriente Médio, ao norte da África. O termo *beduino* deriva do árabe *badawi*, que quer dizer "nômade", e de *al bedu*, que significa "habitantes das terras abertas". Eles seguem, em geral, a religião islâmica e um sistema familiar patriarcal. Além disso, são governados por um *sheik*, o qual ascende a partir da sua linhagem.



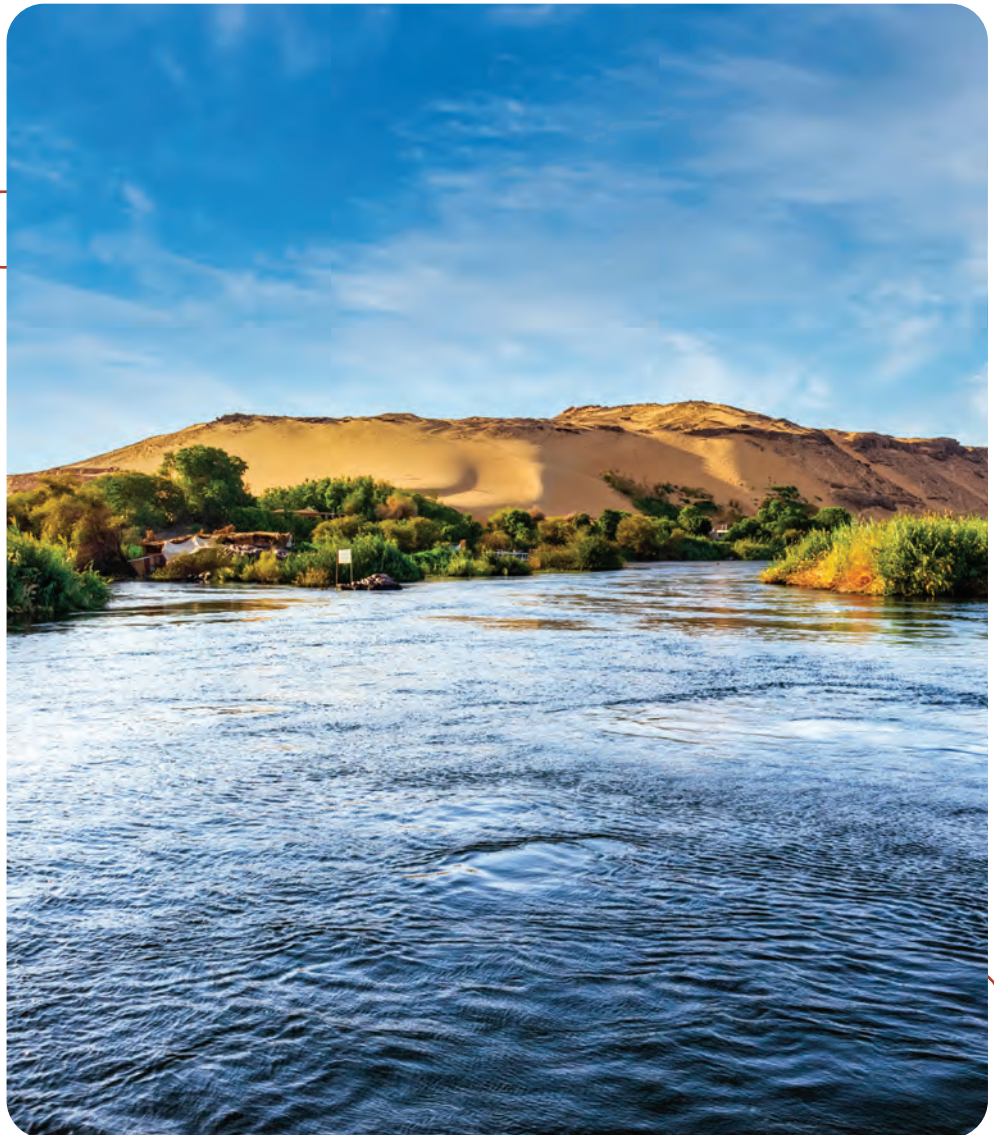
O **camelo** é um animal nativo de regiões desérticas da Ásia e foi introduzido no continente africano já no fim da Antiguidade, por volta do século IV, trazido da Península Arábica. É um animal forte e tem a capacidade de ficar muitos dias sem comer e beber água, por isso é tão útil nos desertos.

Após a introdução do **camelo** em áreas desérticas do norte da África, a circulação pelo deserto ficou muito mais fácil. A partir disso, foi possível até mesmo conectar regiões que não tinham contato entre si, aproximando, por exemplo, o Sahel ao norte do continente e as movimentações que aconteciam próximo ao Mar Mediterrâneo.

Porém, havia outros povos que conseguiram se fixar mesmo em regiões desérticas. Nesse sentido, o próprio Egito Antigo ergueu e manteve por séculos seu império em pleno deserto. Você sabe como isso foi possível? Graças aos rios que cortam grandes extensões do território africano.

As condições físicas propiciadas pelos rios — terras férteis, água disponível, etc. — possibilitaram que grupos humanos se estabilizassem nesses lugares e originassem grandes civilizações. Você já ouviu a famosa frase “o Egito é uma dádiva do Nilo”? Ela nos mostra muito bem como sociedades importantes se formaram graças às possibilidades materiais de sobrevivência proporcionadas pelos rios. Além do Egito Antigo, o Nilo também foi fundamental para o desenvolvimento da grandiosa civilização da Núbia.

Na imagem, o Rio Nilo ao lado do Saara. É de Heródoto (485 a.C.–425 a.C.), importante historiador grego, a ideia de que o Nilo era uma dádiva ao Egito, reconhecendo o papel crucial do rio para firmar o povo egípcio como uma sociedade imperial.





Mapa do Egito Antigo, com toda a extensão do Rio Nilo, que cortava a região e desaguava no Mar Mediterrâneo.

Além do Rio Nilo, o Rio Níger também foi muito importante para o desenvolvimento de algumas sociedades. O Níger, que é o terceiro maior rio da África (ficando atrás apenas do Nilo e do Congo), desagua na costa oeste do continente africano e, graças à sua peculiaridade física, possibilitou que grandes sociedades prosperassem ao longo de suas margens.

Além da garantia do alimento, já que os rios permitiram que a agricultura fosse desenvolvida e proveram peixes para a população, eles favoreciam as atividades comerciais. As águas se tornavam verdadeiras vias de locomoção para os vendedores, bem como para as caravanas.

Os rios possibilitaram o encontro de pessoas muito diferentes, que não teriam contato de outra maneira. Essa intensa troca de conhecimentos e de mercadorias e o trânsito de pessoas fizeram com que verdadeiras cidades surgissem próximas aos rios.

Representação das relações e trocas que se davam às margens do Rio Níger já no século XVIII, em uma das cidades mais importantes da região, Tombuctu, no Mali.



Reconhecendo alguns povos africanos

Pela grande extensão do continente africano, você já deve imaginar que existiu, e ainda existe, uma enorme variedade de povos, muito distintos entre si, mas que também se aproximam em diversos aspectos. Desde a Antiguidade, a África é habitada por diferentes populações.

Pesquisadores acreditam que os berberes foram um dos primeiros povos a habitar a África. Eles ocuparam o norte do continente, na região próxima à costa do Mar Mediterrâneo, onde hoje estão o Marrocos, a Argélia, a Tunísia e a Líbia. A denominação **berbere**, na verdade, faz referência a um grupo linguístico que engloba uma variedade de povos, muitos deles nômades, como os azenegues, os tuaregues e os garamantes. Estes últimos viviam na parte central do Saara e formavam uma confederação em que era possível ver aldeias nômades e sedentárias. Foi nessa região que houve uma forte troca de influências com os povos árabes, a partir do século VII, por meio do contato com muçulmanos que pregavam o **Islamismo**, religião que foi, e ainda é, muito importante para essa região africana.

O **Islamismo** é uma religião fundada por Maomé, na Península Arábica, entre os séculos VI e VII. Assim como o Cristianismo, ela preconiza o culto a um único deus, Alá, e segue um texto sagrado, o Alcorão. Seus adeptos são chamados de **muçulmanos**.

Para saber mais sobre a religião islâmica, acesse o QR Code a seguir.



Islamismo | História
em Meia hora



Por causa de sua *expertise* em se locomover pelo deserto, os berberes foram essenciais para as relações comerciais entre a África Subsaariana, o Oriente Médio e a Europa. Montados em seus camelos, eles comercializavam variados produtos, como cerâmica, marfim e pele de animais selvagens da savana.

Atualmente, no norte da África, encontramos os seguintes países: Senegal, Mauritânia, Gâmbia, Serra Leoa, Guiné-Bissau, Costa do Marfim, Libéria, Gana, Togo, Benin, Nigéria, Camarões e República Centro-Africana. Você já ouviu falar em algum desses países? Em que contexto?

O território abaixo do Deserto do Saara, mais próximo à costa do Oceano Atlântico, também foi povoado por numerosos grupos, como os mandingas, os fulas e os iorubás. Embora grande parte do norte da África seja tomado por paisagens desérticas, também há a predominância de florestas que, muitas vezes, transformavam-se em obstáculos para os povos que queriam desbravá-las. Podemos notar diferenças em relação ao norte também nas línguas que eram faladas, na fisionomia e na economia observados ali, muito distintos daqueles observados nos povos do deserto. Esses grupos abriam espaços nas florestas para o cultivo de tubérculos, leguminosas e grãos. Além disso, esses povos coletavam e caçavam, deslocando-se para outras regiões quando o território se tornava inóspito.

A diversidade de povos da África

Nas cidades mais frequentadas pelos comerciantes, que circulavam pelas regiões cortadas pela rede de rios e canais do Rio Níger, desde o século VI, e nas cidades onde as terras eram mais férteis, como Tombuctu, Gaô e Jené — no atual Mali —, havia muitos azenegeus, tuaregues e outros berberes, todos eles povos arabizados. No entanto, os povos que moravam nessas regiões eram diferentes desses habitantes do deserto e do norte da África e não eram muçulmanos. Ali, viviam principalmente mandingas e fulas, mas também uma variedade de grupos que faziam questão de se manter diferentes de seus vizinhos, mesmo convivendo lado a lado. Além de comercializar com os nômades do Saara, eles eram pastores, cultivavam alimentos, faziam tecidos e cerâmica e trabalhavam o couro.

Nessas cidades, concentravam-se os comerciantes, os administradores, os artesãos e os mais ricos, e, ao redor delas, os que plantavam e criavam os animais, abastecendo as cidades, além de produzir o sustento de suas famílias. Ainda que convivessem de maneira muito próxima, cada grupo guardava sua identidade. Nesse contexto, cada povo repetia as histórias de seus antepassados e de seus chefes, mantinha as próprias regras de convivência, assim como os valores e as crenças, e falava línguas e dialetos diversos. Apesar das identidades particulares, os diferentes grupos conviviam em harmonia, completavam-se e ajudavam-se.

SOUZA, Marina de Mello. *África e Brasil africano*. São Paulo: Ática, 2007. p. 18. Adaptado.

Na região central do continente africano, viviam os povos **bantos**, que, assim como os berberes, foram um dos primeiros povos a habitar a África, sendo originários da região do Rio Benué, entre Nigéria e Camarões. A designação *bantos* significa “povo” e reuniu diversas etnias que tinham uma origem em comum e guardavam algumas características semelhantes. O banto, que é um tronco linguístico, hoje está presente em, aproximadamente, 600 línguas africanas, o que mostra como essa base compartilhada se espalhou.

Na Antiguidade, os bantos eram povos nômades que viviam da caça e da coleta e que empreenderam uma grande migração para o Oriente e o sul do continente africano. Graças ao domínio de instrumentos de metais e à organização política, os bantos conseguiram se espalhar por todo o continente, assimilando várias culturas e diversificando o seu vocabulário.

Na imagem, mulheres dos povos bantos, especificamente da etnia basotho, dançando com suas tradicionais e coloridas indumentárias. Essas danças são rituais em homenagem ao aniversário do rei de Lesoto, que, atualmente, é Letsie III.



Dendenal | Shutterstock

Entre tantas línguas faladas em um mesmo continente, existe uma que se destaca por ter mais falantes: suaili. Acesse o QR Code a seguir para saber mais sobre essa língua africana.



Swahili, a língua africana mais falada |
Mwana Afrika Oficina Cultural | Mwana Afrika

É comum ouvirmos que a África tem muitos dialetos. Você sabe a diferença entre língua e dialeto? Na verdade, os estudiosos da linguagem acreditam que não há distinção significativa entre o que seria a *língua* e o *dialeto* de uma população. Este último termo é utilizado para marcar diferenças e variantes dentro de uma mesma língua, mas, muitas vezes, é utilizado como forma de hierarquizar e diminuir determinados falantes, ou seja, para justificar qualquer tipo de preconceito linguístico. Por isso, dizemos que a África é um continente multilinguístico.

Estima-se que, atualmente, o continente africano possui mais de duas mil línguas e aproximadamente oito mil dialetos, mostrando como o multilinguismo é uma característica marcante desse continente.

Cientistas da linguagem classificam essas línguas e dialetos em quatro grandes famílias linguísticas:

- **Afro-asiática:** são línguas faladas na Ásia, como o hebraico e o árabe, ou originadas destas, como o amárico, língua nacional da Etiópia.
- **Khoisan:** agrupa as línguas faladas pelos grupos étnicos khoi-khoi, ▶

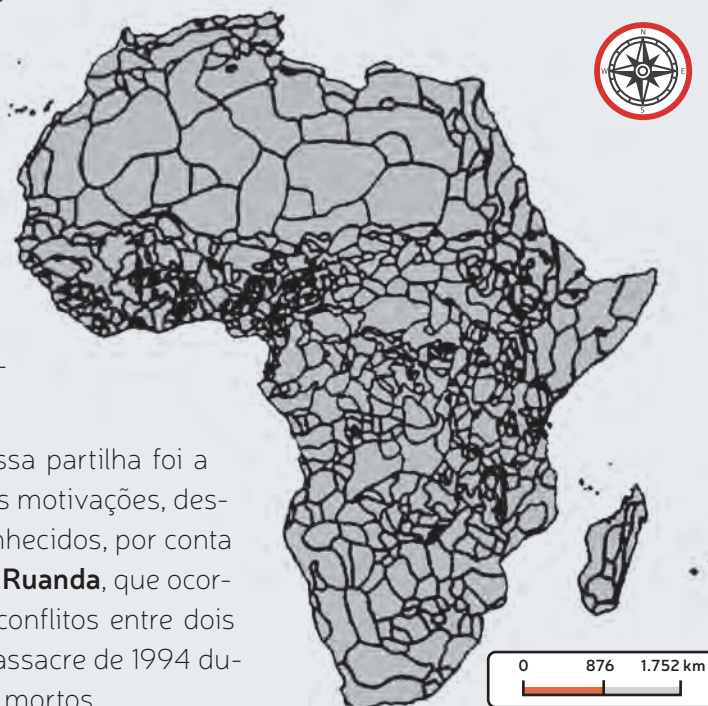
- ▶ san, sandava e hadza. A língua mais importante dessa família é o nama, falado na Namíbia.
- **Nilo-saariana:** reúne as línguas da região do Nilo, compreendendo os países localizados entre o Deserto do Saara e o Quênia.
- **Niger-cordofaniana:** está dividida em várias subfamílias, sendo a mais importante a níger-congo, cujos falantes estão localizados na região que corresponde ao oeste do Senegal até a região sul da África do Sul.

Todos esses povos, que, muitas vezes, estavam geograficamente distantes, aproximaram-se entre si a partir de uma origem comum. As migrações e os fluxos populacionais foram os responsáveis por espalhar essa origem comum em todo o continente africano, mantendo alguns traços compartilhados nos agrupamentos de povos que se desenvolveram na África. Por exemplo, todas as sociedades africanas, das mais simples às mais complexas, organizaram-se em torno da fidelidade ao chefe e das relações de parentesco.

A divisão política atual do continente africano foi realizada durante o século XIX, sendo definida na Conferência de Berlim (1884–1885). Ela foi motivada pelas disputas territoriais entre países, em sua maioria europeus, que entraram em conflito pelos domínios de terras africanas. Esse episódio ficou conhecido como **Partilha da África** e, ao final, estabeleceu os atuais limites territoriais do continente africano, dividindo-o entre as maiores potências da época.

Essa divisão considerou apenas os interesses dos países que participaram da Conferência de Berlim, ignorando completamente as divisões étnicas já existentes no continente. Isso fez com que diversos territórios étnicos fossem divididos — integrando dois e até três países diferentes — e um mesmo país abrigasse diversos grupos étnicos.

Uma das principais consequências dessa partilha foi a eclosão de diversos conflitos com diferentes motivações, desde religiosas a territoriais. Um dos mais conhecidos, por conta da dimensão da tragédia, é o **Genocídio de Ruanda**, que ocorreu em 1994, sendo fruto de décadas de conflitos entre dois grupos étnicos do país: hutus e tutsis. O massacre de 1994 durou cem dias e deixou em torno de 800 mil mortos.



Em 1959, o antropólogo estadunidense George Murdock publicou o livro *Africa: Its peoples and their culture history* — em tradução livre, *África: seus povos e suas histórias culturais* —, no qual apresentou um estudo aprofundado sobre os povos do continente africano, além de diversos mapas, destacando diferentes aspectos do continente. Um dos mapas apresentados na obra mostra as divisões étnicas do continente, como apresentado acima. Nele, é possível ver como a divisão territorial realizada na Conferência de Berlim desrespeitou a forma como os povos africanos se organizavam.

Para saber um pouco mais sobre a organização das sociedades africanas em aldeias, acesse o QR Code a seguir.



As confederações de aldeias africanas |
HistóriaZine

As **aldeias** eram o tipo mais comum de organização desses povos. Nelas, todas as famílias tinham um chefe, e todos eram subordinados ao chefe da aldeia, que era o responsável pelo cuidado e pelo bem-estar das pessoas. Quando diversas aldeias tinham vínculos entre si, era formada uma confederação de aldeias, administrada por um conselho de chefes. Já os **reinos**, governados por um chefe maior, eram sociedades maiores, que tinham uma capital e administravam de modo mais complexo o comércio, as forças militares, a justiça e os excedentes produzidos. Havia também cidades e povoados que não chegavam a formar um reino, mas que apresentavam uma organização mais desenvolvida, com a realização intensa de comércios.

O saber africano

Em todo o continente e em diversas épocas, os povos africanos desenvolveram sistemas de escrita e altos conhecimentos em Astronomia, Matemática, agricultura, navegação, metalurgia, Arquitetura e Engenharia. Na Medicina, praticavam cirurgias desde a cesariana até a autópsia, passando pela remoção de cataratas oculares e tumores cerebrais. Conheciam e aplicavam vacinas contra a varíola e outras doenças. Construíram cidades belíssimas e centros urbanos de conhecimento internacional que abrigavam bibliotecas enormes. [...] Criaram filosofias religiosas, sistemas políticos complexos e duráveis, obras de arte de alta sensibilidade e sofisticação. A riqueza do ouro e do marfim africanos não apenas compunha as moedas, como decorava os lares e as beldades da Índia, da China e da Europa.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. *O tempo dos povos africanos*. Ipeafro – Sedac/MEC – Unesco, 2007. p. 18.

Sociedades **matrilineares** são aquelas baseadas em um sistema organizacional no qual a ascendência materna é a mais importante, ou seja, a linhagem familiar é definida a partir da referência à mãe.

No contexto das sociedades africanas, quando falamos em *chefe*, não estamos nos referindo exclusivamente a líderes do sexo masculino. Muitas sociedades africanas eram **matrilineares**, graças ao papel destacado que a mulher teve no desenvolvimento da agricultura e da economia. Nessas sociedades, é possível observar uma igualdade de direitos e responsabilidades entre homens e mulheres. Elas têm um papel tão fundamental quanto o dos homens para a prosperidade e a manutenção das sociedades. As várias deusas africanas – Ísis, Hathor e Neith, para citar algumas – e os exemplos de mulheres que comandaram reinos – as rainhas do Egito Antigo, Hatshepsut, Nefertiti e a rainha da Núbia, intitulada **Kentake** – mostram como elas eram soberanas nas sociedades africanas.

A sociedade Macua

Apesar da dominância masculina em espaços privilegiados da sociedade em relação às mulheres, ainda hoje há comunidades matrilineares no continente africano. Nesse contexto, o norte de Moçambique – país que conseguiu a sua independência de Portugal em 1975 – apresenta uma comunidade chamada

► **Macua.** Nessa comunidade, as mulheres são dominantes, pois a ascendência materna é configurada como mais importante que a paterna. A exemplo dessa ascensão, o herdeiro de um chefe político falecido é o primogênito da irmã mais velha desse chefe. Além disso, é atribuído à mulher o papel de controlar a produção agrícola, os armazenamentos e a economia doméstica. Outro ponto importante é que, ao se casarem, o homem costuma se mudar para a casa da esposa, e não o contrário, como em culturas ocidentais.

Disponível em: <https://www2.ujf.br/noticias/2016/03/04/como-a-historia-de-africanas--instiga-a-repensar-o-papel-da-mulher-na-sociedade/>. Acesso em: 10/01/2023. Adaptado.

Foram esses conjuntos de povos, com suas similaridades e diversidades, que formaram sociedades complexas, maiores ou menores, reinos e impérios ao longo do continente africano. Vamos discuti-los nos próximos capítulos.

Refleta sobre o conteúdo

1. Analise o texto a seguir.

Independentemente dos avanços da técnica do fazer cinema ou dos supostos “avanços civilizacionais” alcançados pelos países que se autodenominam parte da “civilização ocidental”, o continente africano continua sendo retratado pelos veículos culturais e midiáticos desses países quase que exatamente como o era no final do século XIX.

MELO, Marcos. A África nas telas: a indústria do cinema contemporâneo e sua cultura histórica eivada de estereótipos colonialistas. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011.

Um dos reflexos da colonização do continente africano por países europeus é a visão que construíram e disseminaram a respeito da África. Estudiosos de diversas áreas buscam desconstruir esses estereótipos e conscientizar sobre a importância de conhecer a história e as culturas desse continente.

Neste capítulo, vimos o quanto a África é um continente diverso em vários aspectos e que as múltiplas civilizações africanas desempenharam papéis importantes na história da humanidade. Sendo assim, escreva, com suas palavras, sobre a diversidade da África e a importância dos povos desse continente para a nossa sociedade atual.

Espera-se que o aluno aponte a diversidade de povos, línguas, culturas e costumes das sociedades africanas da Antiguidade, assim como os estudos e avanços desenvolvidos em diversas áreas do conhecimento e que influenciaram estudiosos do Ocidente desde a Antiguidade.

2. Leia o texto a seguir.

A matrilinearidade: uma prática na África tradicional

No processo de organização social e política de algumas sociedades africanas, a matrilinearidade delegava à mulher poder de comando e decisão. Em função desse modelo de organização, a mulher não se limitava à participação no poder ao lado do homem, mas também era quem decidia sobre as questões políticas, administrativas e econômicas. Desta feita, era a responsável direta pelos destinos e pela manutenção das comunidades tradicionais.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. A condição da mulher na África tradicional. In: *III Seminário Nacional de Gênero e Práticas Culturais: Olhares diversos sobre a diferença*.

Compare o papel das mulheres nas sociedades antigas da África com o papel da mulher na sociedade atual. Quais são as semelhanças e diferenças?

Espera-se que a resposta do aluno pontue o papel central da mulher na sociedade e na política da antiguidade africana e que seja possível identificar que essa experiência é recente na atualidade.

3. Neste capítulo, conhecemos diferentes aspectos do continente africano na Antiguidade e na atualidade. Saber mais sobre a África nos ajuda a romper com estereótipos que foram disseminados ao longo dos séculos e que têm suas raízes no colonialismo e em ideologias racistas. Para responder à questão proposta, sugerimos assistir ao vídeo disponível no QR Code ao lado.

Na sua opinião, por que as pessoas ainda acreditam em muitos estereótipos negativos a respeito do continente africano e os disseminam? O que pode ser feito para combater esse problema?



Dia da África: valorizando o continente e quebrando estereótipos | Tv Grabois

Resposta pessoal. Espera-se que o aluno aponte a falta de conhecimento/educação como um dos problemas que contribuem para a disseminação desses estereótipos. Para que ele seja combatido de forma eficiente, é preciso buscar informação em fontes seguras.

4. Enumere a coluna da direita de acordo com a coluna da esquerda, buscando a melhor definição para as palavras, de acordo com o contexto do continente africano na Antiguidade.

1. Rios

2. Deserto

3. Saberes

4. Aldeias

4 Grupos de famílias liderados por um chefe.

1 Dádiva que possibilitou a existência de grandes impérios.

2 Grande espaço ocupado por povos nômades e de grande fluxo de pessoas.

3 Conhecimentos que possibilitaram grandes construções e o desenvolvimento de sociedades complexas.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência **correta**.

a) 4, 3, 2, 1.

b) 4, 1, 2, 3.

c) 3, 2, 4, 1.

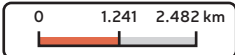
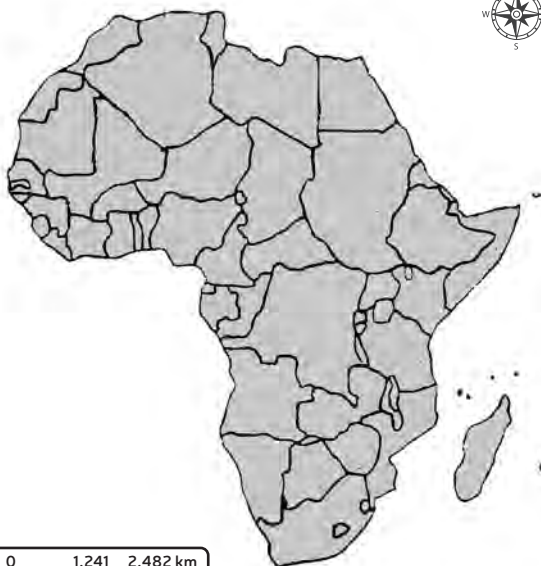
d) 2, 3, 4, 1.

e) 1, 3, 2, 4.

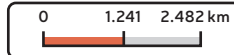
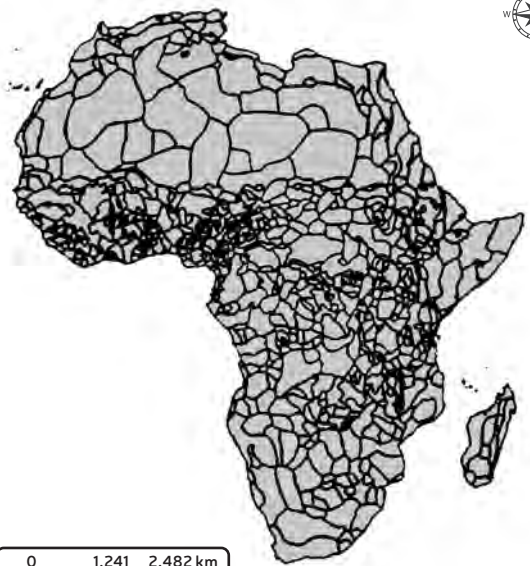
5. (Enem–Adaptada) Um professor apresentou os mapas a seguir em uma aula sobre as implicações da formação das fronteiras no continente africano.

As fronteiras étnicas e políticas da África

Divisão política



Divisão étnica



Com base na aula e na observação dos mapas, os alunos fizeram três afirmativas.

- I. A brutal diferença entre as fronteiras políticas e as fronteiras étnicas no continente africano aponta para a artificialidade em uma divisão com objetivo de atender apenas aos interesses da maior potência capitalista da época.
- II. As fronteiras políticas colocaram a África em uma situação de constante tensão ao desprezar a diversidade étnica e cultural, acirrando conflitos entre grupos rivais.
- III. As fronteiras artificiais fizeram da África um continente marcado por guerras civis, golpes de Estado e conflitos étnicos e religiosos.

É **verdadeiro** apenas o que se afirma em:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) II e III.

6. (Fatec–Adaptada) Analise o seguinte trecho.

Esse amplo rio definiu o modo de vida às suas margens, não somente no que diz respeito a ser um espaço destinado para se obter os recursos necessários para a manutenção da vida — tais quais alimentos e matérias-primas —, mas como uma extensão do lar egípcio, ao mesmo tempo que era definido como uma existência transcendente, cuja origem estava distante do entendimento de simples mortais.

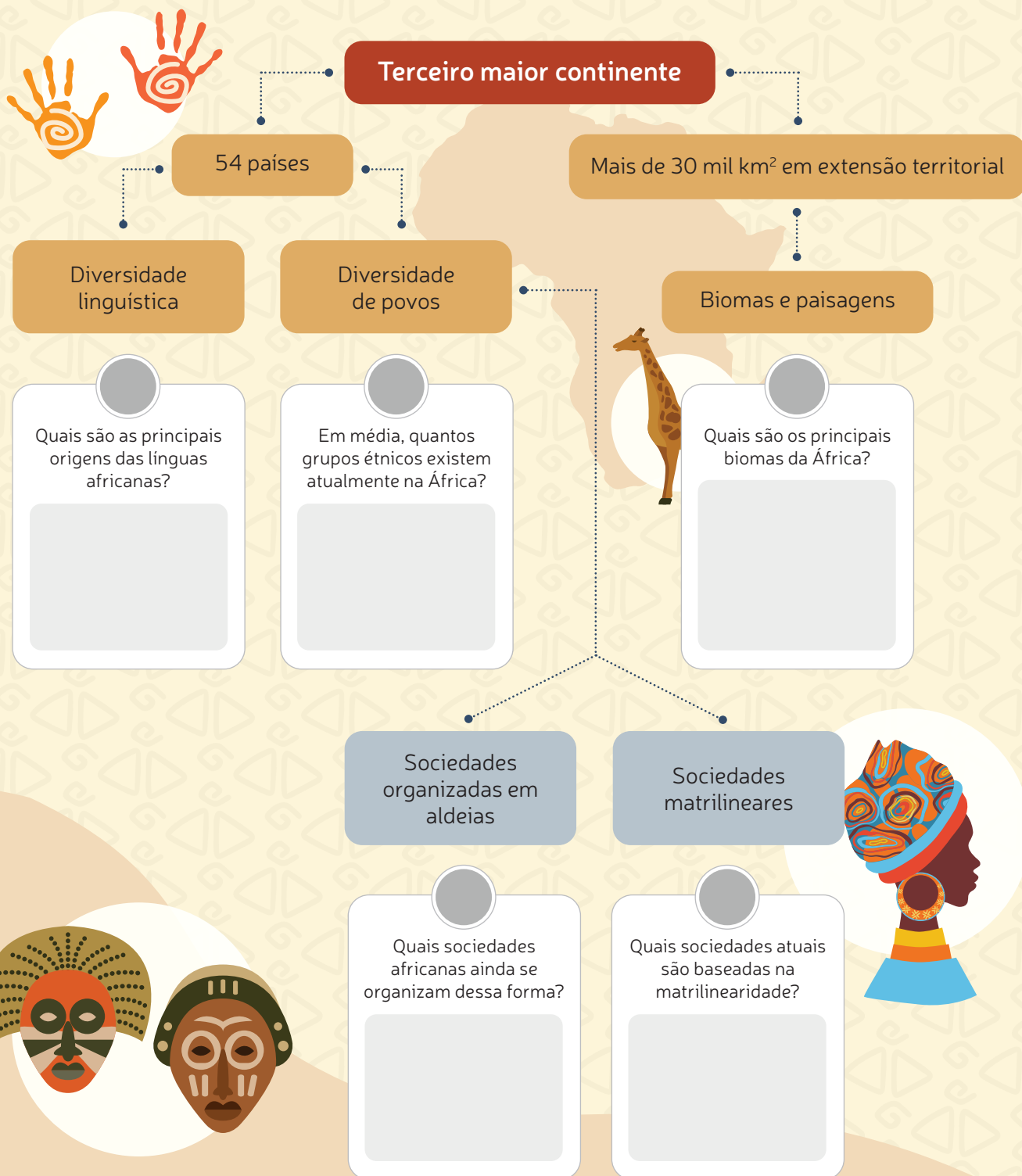
COSTA, M. J. N. Por uma arqueologia egípcia mais “aquática”. *Revista Labirinto*, Porto Velho, v. 21, p. 5, 2014.

No século V a.C., Heródoto, historiador grego, afirmou que “O Egito é uma dádiva do Nilo”. Assinale a alternativa que apresenta, **corretamente**, a principal razão de se atribuir ao Rio Nilo uma importância tão grande para o desenvolvimento do Egito Antigo.

- a) Nos períodos de cheia, as águas desse rio fertilizavam as margens, o que possibilitou a agricultura.
- b) Os faraós construíram barragens para obter eletricidade, aumentando a produção de itens de exportação.
- c) A navegação pelo grande rio permitiu que os egípcios dominassem o sul da Europa, formando um grande império.
- d) Das margens do rio, retirava-se o barro com que eram fabricados os tijolos utilizados na construção das grandes pirâmides.
- e) Atravessando a África de norte a sul, o Nilo possibilitou a integração cultural e econômica da área entre o Saara e o Deserto da Namíbia.

Explorando a diversidade da África

Vamos relembrar as principais informações sobre as características do continente africano? Para preencher este mapa mental, você pode pesquisar as informações no capítulo estudado ou em outras fontes.



2



YiannisMantas | Adobe Stock

Reinos orientais

O interesse em se aprofundar na história de outras sociedades africanas, além do Egito, é recente. Apenas a partir do século XX, pesquisadores reconheceram que povos que se desenvolveram ao sul do Saara também exerceram papéis importantes no desenvolvimento de todo o continente africano.

Neste capítulo, vamos conhecer uma importante região da porção oriental da África Antiga, a Núbia. Lá, se desenvolveram notáveis civilizações, entre as quais podemos destacar Meroé, do reino de Kush, e o Estado de Axum. Apesar de haver muitos vestígios materiais que contam as histórias dessas populações, a maioria destas ainda não teve o seu sistema de escrita totalmente decifrado, o que torna mais difícil a sistematização do conhecimento sobre esses povos. Mas nem tudo está perdido. Além dos **vestígios materiais**, outras fontes de pesquisa e de estudo dessas populações surgiram por causa das relações que mantinham com outras civilizações.

Os **vestígios materiais** são tudo aquilo que foi deixado por populações antigas e sobreviveu ao tempo, chegando à atualidade: esculturas, cerâmicas, construções arquitetônicas, adereços, pinturas e muitos outros. Esses vestígios nos dão algumas informações sobre como viviam os povos antigos e o que utilizavam. Por isso, são muito importantes para os estudos e as pesquisas de diversas áreas do conhecimento, como a História e a Arqueologia.

Templo de Leão no Sudão, antiga Núbia. As imagens dos leões fazem referência a Apedemak, um deus guerreiro cultuado pelos egípcios. Ele era sempre representado com uma cabeça de leão e era cultuado pelos kushitas, pois era considerado protetor dos faraós, especialmente quando estes entravam em guerra.



hecke611 | Shutterstock

Núbia: a terra do ouro

Na região oriental do continente africano, próximo à costa do Oceano Índico e do Mar Vermelho, floresceu uma rica sociedade onde atualmente se localiza a cidade de Cartum, no Sudão: a Núbia. Durante muito tempo, a Núbia foi considerada um mero conjunto de colônias egípcias sem autonomia. Essa visão era fruto de um preconceito relacionado à história da África, que resultou na falta de interesse em compreender as civilizações que se desenvolveram ao sul do Egito.

Assim como o Egito, a Núbia só pôde florescer por causa do Nilo. Enquanto o Império Egípcio se fundou nas margens mais ao norte do rio, próximo ao Mar Mediterrâneo, a Núbia surgiu em uma região mais ao sul, onde o Nilo se divide, perto do Mar Vermelho e do Golfo de Áden. Hoje se sabe que houve um período, a partir de 7000 a.C., de compartilhamento de uma cultura material entre egípcios e núbios.

Núbia, uma região central

A Núbia constitui uma verdadeira encruzilhada de caminhos africanos, um ponto de encontro das civilizações do leste, do oeste, do norte e do sul da África, sem esquecer as do Oriente Próximo, da Ásia distante e da Europa mediterrânea. [...] Africanos na língua e na civilização, os habitantes da Núbia estavam bem localizados para servir de elo entre as culturas que os cercavam e com quem eram estreitamente aparentados.

ADAM, Shebata. A importância da Núbia: um elo entre a África central e o Mediterrâneo. In: MOKTHAR, Gamal (org.). *História Geral da África, II: África Antiga*. Brasília: Unesco, 2010, p. 215, 219. Adaptado.



Neste mapa, é possível ver o território do Sudão, que corresponde à antiga Núbia. Ao norte do Mar Vermelho, está o Egito. A proximidade entre as regiões pode justificar o compartilhamento de uma cultura material entre os dois povos.

Diversos estudos identificaram que, por volta de 3000 a.C., havia uma diferenciação cultural entre os povos que viviam no baixo vale do Nilo (os egípcios) e os que viviam no alto vale (os núbios). Assim como o Egito, a Núbia também se dividia em Baixa Núbia e Alta Núbia. No entanto, no Egito, a escrita foi essencial para o funcionamento de um Estado forte, centralizado e agrícola, enquanto, na Núbia, que era mais voltada para o pastoreio, a cultura e a tradição oral prevaleceram. Muito do que sabemos sobre a Núbia vem de testemunhos escritos dos egípcios e de outros povos.



Reinos perdidos da África: Núbia

Direção: David Wilson

Ano: 2010

Sinopse: A série *Reinos perdidos da África* investigou a história e a arqueologia esquecidas da África, para coincidir com a Copa do Mundo na África do Sul. Este é o primeiro documentário da série e buscou investigar a incrível civilização pastoril da antiga Núbia, Kush – hoje, norte do Sudão –, começando com um arte rupestre muito antiga. O filme seguiu a história até o momento em que as mudanças climáticas e a desertificação alteraram tudo.

Nesses documentos, destaca-se um aspecto importante para entendermos a demografia da região da Núbia: os povos mediterrâneos chamavam os núbios de **etíopes**, que significava “os que possuem a pele queimada”. Já os egípcios, em suas pinturas, retratavam os núbios com uma cor de pele mais escura do que a deles.

A Núbia era uma região rica em recursos naturais, especialmente em minérios. Por isso, os núbios tinham certo conhecimento de metalurgia, pois produziam objetos de cobre, ferro e ouro. Este último era encontrado em abundância na Baixa Núbia. Para os egípcios, a Núbia era a terra do ouro. É dessa percepção que vem a palavra *nub*, ou *noub*, que significa “ouro”.

Na imagem, que data de um período entre 1570 e 1293 a.C., vê-se a distinção que os egípcios faziam entre si e os povos da Núbia. Os que estão com a pele mais escuras são os núbios, e os que estão com a pele marrom são os egípcios. Apesar disso, alguns arqueólogos e historiadores afirmam que o povo egípcio não tinha uma cor de pele uniforme, mas ela variava a depender da região: os moradores do norte do Egito tinham pele mais clara; os do sul, pele mais escura.



Archivist | Adobe Stock

Relações entre Egito e Núbia

Os povos egípcios e núbios parecem partilhar uma ascendência saariana em comum. No entanto, em determinado momento da história, ambos se dividiram; o primeiro se desenvolveu e se tornou um dos maiores impérios da Antiguidade, enquanto o segundo optou pelo modo de vida pastoril. As relações entre os dois povos não se davam de maneira pacífica, pois o Egito tinha grande interesse nos produtos naturais da Núbia, como o ouro, o marfim, o incenso, entre outros. Os núbios auxiliavam os faraós a manter seu estilo de vida e a instituir o Egito como um império. Além disso, os egípcios necessitavam de incenso, para os rituais funerários e sagrados, e mirra, para a mumificação. Por isso, foram tomando a Núbia, a fim de continuar explorando esses artigos e de obter mão de obra escrava.



abrilla | Adobe Stock

Essa dominação levou os egípcios a construir diversos templos nos territórios núbios, templos estes que estabeleciam não apenas o poder do faraó e de seus deuses, mas também serviam como centros administrativos da colonização da Núbia.

Na imagem, a parte interna do templo de Abu Simel, construído durante o reinado do faraó Ramsés II. O templo marcava, ao sul, o limite entre o Império Egípcio e a Núbia.

Havia um intenso comércio entre a Núbia e o Egito, o qual envolvia pedras preciosas, **incenso**, óleos, marfim, peles de animais e outros produtos. Contudo, ao longo de sua existência, os núbios mantiveram fortes relações não apenas com os egípcios, mas também com outros povos localizados mais ao sul da África e perto da costa arábica do Mar Vermelho. Além do comércio direto, os núbios operavam como intermediários de itens produzidos em regiões mais remotas do sul do continente, levando os artefatos até o norte.

Apesar de não existir vestígios sobre o que os egípcios ofereciam em troca dos produtos produzidos e comercializados pelos núbios, o fato é que essas atividades comerciais favoreciam a circulação de ideias e de técnicas inovadoras entre os diversos povos. O Império Egípcio, por exemplo, enviava tropas até a região da Núbia em busca de madeira e de outras matérias-primas. Lá, construíam embarcações e seguiam de volta para o norte, onde reaproveitavam a madeira para outros fins. Esses conhecimentos eram compartilhados entre os povos.



wikipedia.org

O **incenso** era um item tão apreciado pelos núbios e egípcios que eles cultuavam uma divindade provedora de incenso: a deusa Dedun. Tanto os egípcios quanto os núbios eram **politeístas**, ou seja, cultuavam vários deuses. Em razão da colonização egípcia, os povos núbios, por muito tempo, cultuaram os deuses egípcios.

A navegação — que foi importante para as relações comerciais entre Egito e Núbia — foi outra área na qual os antigos egípcios se destacaram, havendo vários registros dessa atividade tanto nas pinturas quanto nos hieróglifos da época. Na imagem, vemos uma pintura de um dos tipos de embarcações egípcias, localizada no túmulo de Menna, que foi um alto funcionário real.

Além das relações comerciais, o posicionamento geográfico da Núbia era estratégico para o estabelecimento de relações culturais entre diversas sociedades. Muitas das incursões egípcias buscavam não somente manter livre a passagem para o sul. Ao mesmo tempo, pela sua localização, os núbios podiam abordar, tanto pela terra quanto pelo rio, as caravanas egípcias que se deslocavam para o sul.

Ao longo do tempo, algumas cidades da Núbia se destacaram e chegaram até mesmo a formar sociedades complexas que culminaram em reinos e **impérios**. As cidades de Kerma, Napata e Meroé foram capitais importantes do Império de Kush. Além dele, o Império de Axum foi outra sociedade de destaque da região.

Império de Kush

Os primeiros vestígios de reinos organizados na região da Núbia datam de, aproximadamente, 2700 a.C.: eram poços construídos próximo à terceira catarata do Rio Nilo para guardar mantimentos, como cereais. A designação *Kush* foi

O conceito de **império**, na Antiguidade, diz respeito a uma unidade política que presta obediência a um poder central. Essa unidade pode ser composta por vários povos, com línguas e religiões diferentes entre si, mas é governada pelo(a) mesmo(a) imperador ou imperatriz.

Novo Império faz referência à periodização do Egito Antigo. Existiram 30 dinastias desde a unificação do Império Egípcio até o seu fim. Esse longo período geralmente é dividido em Antigo, Médio e Novo Império, sendo este compreendido entre 1570 a.C. e 715 a.C.

Processos como o da dominação de Kush contribuíram para a ascensão egípcia, mas é necessário entendermos outros acontecimentos e os momentos em que eles ocorreram, os quais constituem o início do Novo Império. O Egito Antigo foi uma civilização que conseguiu estruturar a sua organização social constituída por variadas culturas e singularidades a partir de um poderio dominado ao longo do tempo. Para entendermos o domínio egípcio, é necessário, antes, conhecermos alguns acontecimentos importantes para a periodização do Egito Antigo, desde o Antigo Império.

encontrada nos registros egípcios e era a forma como o Egito se referia ao império que se desenvolveu na Núbia. O soberano do reino era chamado de **príncipe de Kush**.

Esse império tinha terras habitadas por populações que desenvolviam atividades comerciais e que exploravam minas de ouro. No seu auge, por volta de 1700 a.C., a cidade de Kerma, considerada a capital de Kush, chegou a ter 10 mil habitantes, um número muito expressivo para aquele período histórico.

A dominação egípcia sobre Kush

Por volta de 1570 a.C., no início do **Novo Império**, a relação entre a Núbia e o Egito deixa de ser amistosa. Após se livrar do domínio dos hicsos — invasores que ocuparam a região norte egípcia —, o Egito empreendeu a tomada do reino de Kush, que foi anexado ao domínio egípcio. A partir de então, as rotas comerciais e as minas de ouro da região da Núbia foram controladas pelos faraós, e os núbios passaram a pagar tributos aos egípcios.

Assim, percebe-se que o Egito manteve uma relação comercial com a Núbia até o momento que dominou a civilização de Kush, um dos reinos de maior destaque da Núbia, devido a interesses de domínio social.

Periodização do Egito Antigo



yezep | Adobe Stock

Antigo Império (3200–2100 a.C.)

Expansão da agricultura; ampliação e posterior diminuição dos poderes do faraó; enfraquecimento do Estado.

Médio Império (2100–1570 a.C.)

Nova dominação; enfraquecimento do poder do faraó; domínios territoriais e invasão dos hicsos.



merydolla | Adobe Stock



spiritofamerica | Adobe Stock

Novo Império (1570–715 a.C.)

Expulsão dos hicsos; mais domínios territoriais e novas invasões ao Egito (assírios, persas, gregos e romanos).

Esse período também corresponde àquele a partir do qual se tem informações mais densas sobre o reino de Kush, haja vista que os documentos e os relatos de memória egípcios passaram a trazer muitas informações sobre os novos territórios dominados.

A cultura de Kerma, capital de Kush

[...] Os elementos característicos da cultura de Kerma eram uma louça torneada fina e muito polida, vermelha, com a parte superior preta, feita em uma roda de oleiro; vasos em forma de animal, decorados com desenhos de animais; punhais especiais de cobre; artigos de madeira decorados com motivos incrustados em marfim, figuras de mica; e ainda ornamentos costurados sobre gorros de couro. Embora boa parte dos objetos descobertos em Kerma manifestem claramente uma tradição cultural nativa, não se pode ignorar a influência das técnicas egípcias de artesanato e desenho. [...] No domínio religioso, os rituais funerários são o traço característico da cultura de Kerma. Uma sepultura de Kerma caracteriza-se por um túmulo de barro em forma de cúpula, contornado por um círculo de pedras pretas entremeadas de seixos brancos.

SHERIF, Nagm-El-Din Mohamed. A Núbia antes de Napata (3100 a 750 antes da Era Cristã). In: MOKTHAR, Gamal (org.). *História Geral da África, II: África Antiga*. Brasília: Unesco, 2010. p. 257-259.



Templo de Kerma, do reino de Kush.



Também conhecido como O oculto, **Amon** foi um deus da mitologia egípcia que ficou famoso por ser a personificação do vento. Após o faraó Amósis I liderar a vitória dos egípcios contra os hicsos e atribuir esta vitória aos auxílios providos por Amon, ele se tornou a divindade mais venerada no Egito. Devido a isso, as habilidades do deus Sol e criador do mundo, Rá, foram incorporadas às de Amon, surgindo, assim, **Amon-Rá**, que se tornou o principal deus egípcio. Para saber mais sobre o deus Amon e como ele se tornou Amon-Rá, assista ao vídeo disponível no QR Code a seguir.



Amon-Rá o grande deus do Egito Antigo
| Historiadores 2.0

Durante o tempo em que esteve sob o domínio do Egito, as relações entre a Núbia e o Império Egípcio foram relativamente pacíficas. Periodicamente, faraós faziam aparições na Núbia para verificar a região e também para assegurar sua posição de dominador. Também foram comuns as construções de templos em toda a Núbia. Esses fatores mostram o quanto a região do reino de Kush era de grande importância para o Egito.

Foi durante esse período que os núbios incorporaram costumes e técnicas egípcias. Essa “egipcianização” da Núbia fez com que a população nativa adotasse divindades egípcias, incorporasse rituais funerários, aplicasse técnicas egípcias na arquitetura e até mesmo montasse um sistema administrativo idêntico ao egípcio. Esse processo atingiu inicialmente as classes mais altas da sociedade de Kush, mas rapidamente se espalhou por toda a população.

A partir do século XII a.C., o Império Egípcio passou a ter problemas internos, e um cenário de conspirações e revoltas foi tomando conta do cotidiano do Egito. Assim, por volta do ano 1000 a.C., o domínio do Egito sobre o reino de Kush chegou ao fim.

Ascensão do Império de Kush

Apesar das lacunas de informações, sabemos que, no final do século IX a.C., o Império de Kush emergiu como grande potência, chegando até mesmo a inverter o jogo e dominar o Egito. Assim, foi iniciada a dinastia etíope que, durante quase 100 anos, ocupou o Alto Egito.

Após o fim dessa breve dinastia, por volta do século VII a.C., o reino de Kush estabeleceu sua nova capital na cidade de Napata. Lá foram construídas pirâmides, palácios e templos. Na montanha Jebel Barkal, foi construído o maior templo em homenagem ao deus **Amon**, divindade cultuada tanto pelos núbios quanto pelos egípcios. Desde 2003, Jebel Barkal é considerada Patrimônio Cultural Mundial, devido ao seu grande valor arqueológico.



Ruínas do Templo de Amon, na montanha Jebel Barkal, atual Sudão.

Matyas Rehak | Shutterstock

Napata foi uma importante rota de comércio: o fato de ser a capital do Império Kush era atrativo para os grandes grupos em deslocamento. Além disso, Napata também se consagrou enquanto um grande centro religioso. Os vários templos, como o de Amon, atraíam peregrinações de fiéis, bem como visitas dos governantes e sepultamento de reis. Essa característica fez com que a cidade crescesse em tamanho e em número de pessoas, além de fortalecer o prestígio da capital.

A importância dos templos e túmulos de Napata não ficou apenas no passado. Eles foram essenciais para que os pesquisadores soubessem um pouco mais sobre esse período do Império de Kush. A partir dos túmulos, foi possível dizer, por exemplo, que os primeiros soberanos kushitas ainda eram muito egípcianizados: as pirâmides, os sarcófagos, as inscrições religiosas, entre outros aspectos culturais, remontam à cultura do Egito. As imagens talhadas nos monumentos também ajudam na investigação da civilização núbia: sabe-se que os indivíduos representados nos túmulos apresentavam traços negroides (nariz largo, lábios grossos, pomos salientes, etc.).



Pirâmides de Barkal, antiga cidade núbia de Napata, atual região de Karima, no Sudão.

hecke71 | Adobe Stock

A civilização meroíta

Apesar de se manter como capital religiosa de Kush, uma investida egípcia contra Napata fez os kushitas transferirem a capital para Meroé, por volta do século IV a.C. Outra possibilidade para a transferência da capital administrativa seriam as condições climáticas e geográficas de Meroé, que eram melhores do que as de Napata.

A nova capital apresentava maiores áreas de estepes, enquanto Napata era predominantemente desértica. Assim, a criação de animais e o desenvolvimento da agricultura seriam melhores em Meroé, pois também era uma área de chuvas. As florestas de Meroé ofereciam ainda a madeira necessária para alimentar os fornos para o processamento do ferro.

Assim, o Império de Kush chegou ao seu apogeu entre os séculos V e IV a.C., com a instalação da capital em Meroé. Essa época também é identificada como o desenvolvimento da civilização meroíta, em razão de sua importância. Assim como em Napata, também é possível observar construções de grande porte, como túmulos e sarcófagos, além de pirâmides, ainda que de pequena proporção.

Localizada na margem leste do Rio Nilo, a região que compreendia a antiga cidade núbica de Meroé atualmente é partilhada pelo Egito e pelo Sudão.



Matyas Renak | Adobe Stock

A localização de Meroé entrecruzava os caminhos para o Mar Vermelho e para o Alto do Nilo, estando perfeitamente localizada para uma intensa troca comercial. Além da já estabelecida relação com os povos ao sul e ao norte da região núbica, os meroítas também obtinham produtos de gregos e fenícios, distribuindo-os em parte da África e na Península Arábica.

Diferentemente do período anterior, Meroé desenvolveu uma escrita e língua próprias, conhecidas como **meroítas**. A escrita estava registrada em diversos documentos, além de ser observada em túmulos e inscrições de templos. É interessante ressaltar que, entre as inscrições mais antigas gravadas em hieróglifos meroítas, encontra-se uma edificação em honra à rainha Shanakdakhete, datada de cerca de 170 a.C., o que demonstra o papel notável assumido pelas mulheres na sociedade meroíta.

A língua e a escrita meroíta

Os hieróglifos meroítas são semelhantes aos egípcios, mas diferem deles em vários aspectos. São escritos e lidos em sentido contrário ao dos textos egípcios, o que pode atestar um desejo deliberado de diferenciação. [...] A língua meroíta, cuja natureza ainda é desconhecida, bem como seu sistema gráfico, é completamente diferente da egípcia. Os 23 signos usados representam as consoantes, algumas vogais e as silábicas; grupos de dois pontos geralmente separam uma palavra da outra. Em 1909, o egiptólogo inglês F. L. Griffith (1832–1934) achou a chave da transliteração. Desde então, os textos têm sido classificados em diferentes tipos, colocando-se em paralelo expressões comparáveis, principalmente as extraídas dos textos funerários.

LECLANT, J. O Império Kush: Napata e Méroe. In: MOKTHAR, Gamal (org.). *História Geral da África, II: África Antiga*. Brasília: Unesco, 2010. p. 285. Adaptado.



Hieróglifos inscritos em relevo no Templo de Ísis, em Assuã, Sudão.

A língua meroíta continua a ser um mistério. Não se aparenta ao núbio, nem ao beja das montanhas do Mar Vermelho, nem a qualquer fala africana de nossos dias. Enquanto o enigma persistir [...] e enquanto a arqueologia não avançar significadamente em seus trabalhos e nos revelar como era a vida cotidiana nas cidades e no campo, na corte, no templo e na casa do homem comum, continuaremos a saber sobre Meroé muitíssimo menos do que faria supor o considerável número de inscrições meroítas até agora encontradas.

SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996. p. 125.

As mulheres na Núbia

Como vimos no capítulo anterior, em muitas sociedades africanas as mulheres desempenhavam papéis sociais de destaque, uma característica que não vemos com frequência nas antigas sociedades europeias ou americanas. Você deve se lembrar que muitas civilizações africanas adotavam a organização social baseada na matrilinearidade, e é esse traço que explica o papel proeminente das mulheres africanas nas diversas áreas: econômica, política e religiosa.

Em Meroé, as mulheres da família real tinham um papel central de muito poder na organização do reino. Não se sabe ao certo qual era o papel das mulheres antes da ascensão de Meroé, mas sabe-se que, quando o Egito esteve submisso ao domínio do Império de Kush, a filha do rei exerceu a função de sacerdotisa do deus Amon, um cargo que lhe dava grande influência política e econômica.

Em Meroé, as atribuições das mulheres da família real iam desde a educação do príncipe até a escolha do rei. As esposas dos governantes eram chamadas de **Candaces** (ou rainhas-mães) e governavam conjuntamente aos seus maridos. Posteriormente, as rainhas assumiram o poder, proclamando-se soberanas e adotando o título real de “Filho de Rá e Rei”.

O governo de mulheres observado em Meroé é muito particular. De acordo com os pesquisadores, não parece imitado de qualquer outra civilização — como o Egito de Cleópatra, por exemplo —, mas era um sistema desenvolvido de maneira **endógena** — isto é, aquilo que se origina no interior de um sistema, que não vem de fora. O governo em Meroé não era rígido quanto à sucessão direta, e existia um complexo sistema de incorporação de novos membros à família real, que era liderada pelas Candaces. Esse sistema evitava sucessores indesejados (impopulares ou muito jovens, por exemplo), e muitos atribuem essa característica à estabilidade política observada em Meroé.

Governantes mulheres de Meroé

A iconografia confirma o elevado *status* das rainhas-mães. Nas cenas religiosas representadas nas paredes dos templos, elas ocupam posições proeminentes, subordinadas apenas ao próprio rei; enquanto nas cenas que ornaram as capelas das pirâmides, a rainha aparece, por trás do rei falecido, como a principal portadora de oferendas.

HAKEM, A. M. Ali. A civilização de Napata e Meroé. In: MOKTHAR, Gamal (org.). *História Geral da África, II: África Antiga*. Brasília: Unesco, 2010. p. 304.

Entre tantas personagens femininas de relevo, merece destaque Bartare, enterrada em uma das três pirâmides existentes na parte meridional de Meroé e que teria governado entre 284 e 275 a.C. A ela, devem-se acrescentar os nomes de Amanerinas — que, por volta de 25 a.C., resistiu ao avanço dos romanos e terminou exilada na Ilha de Samos — e de Amanitere, cujo governo data de 25 a 41 d.C. e é considerada a última governante da fase áurea da civilização meroíta.

MACEDO, José Rivair. *História da África*. São Paulo: Contexto, 2021. p. 27. Adaptado.



Relevo representando a Candace Amanitore, em Nara, atual Sudão.

Sobre o fim da sociedade meroíta, existem apenas testemunhos indiretos. Registros apontam que, pelo menos desde o século I a.C., os meroítas estavam sob ataque de diversos grupos: povos nômades a leste, os axumitas ao sul e os nubas a oeste. Por volta do ano 300 d.C., há o relato do monarca do reino de Axum sobre a expedição preparada contra os nubas, o que faz os pesquisadores imaginarem que, a esta altura, a civilização de Meroé já tivesse ruído.

Apesar do desaparecimento que deixou poucos vestígios, é inegável que, na região da Núbia, floresceram ricas civilizações, que foram cruciais para a comunicação entre diversos povos do continente africano, da região do mediterrâneo, da Ásia e da Península Arábica. Assim, o legado da exploração do ferro, que se difundiu em todo o continente, é outra rica contribuição dos kushitas para a civilização africana.

Império de Axum

A partir do século I d.C., acredita-se que a mistura de populações africanas com uma linhagem de árabes do sul da Península Arábica deu origem ao povo que ocupou a região onde hoje é a Etiópia, no Chifre da África. Ali, deram início ao desenvolvimento daquele que viria a ser uma das mais importantes civilizações do mundo: o Estado axumita.

Pouco se sabe sobre as origens desse Estado: Axum é citada pela primeira vez nos escritos de um negociante egípcio no século II. O geógrafo grego Ptolomeu também trouxe informações sobre Axum, e, por meio delas, sabemos que a cidade de Adulis servia como um porto de entrada e saída para chifres, carapaças de tartarugas e principalmente marfim.

No século IV d.C., Axum já era o Estado de maior expressão da Núbia e havia, desde o século II d.C., desenvolvido o sistema alfabético etíope que é utilizado até hoje. As terras de Axum eram menos quentes e mais úmidas, localizadas acima do nível do mar, o que permitiu o cultivo de cereais e o melhor aproveitamento de recursos naturais. Além da agricultura, o pastoreio também era parte das atividades econômicas axumitas.

As pesquisas arqueológicas mostram que Axum constituiu um importante centro urbano, com sinais de uma sociedade hierarquizada e diversificada. Um aspecto importante para se ressaltar do Estado axumita é a importância da cunhagem (fabricação) de moedas para essa civilização. Nelas, vinham gravados os nomes dos reis, e eram um símbolo do poderio desse povo. Graças a essas moedas — e ao fato de peças de metais serem mais resistentes às intempéries do tempo —, foi possível saber o nome dos dezoito reis de Axum.

Hoje, sabe-se que Axum foi herdeiro direto da civilização de Meroé. Apesar de ter seu apogeu entre os séculos III e IV d.C., prenúncios da civilização axumita podem ser observados desde o século V a.C. Contudo, ao longo do seu desenvolvimento, Axum incorporou uma característica que o distinguiu profundamente de outras civilizações africanas: o Cristianismo.

Desde quando o rei Ezana aceitou ser batizado como cristão pelo bispo Frumêncio, entre 320 e 350 d.C., o Cristianismo passou a ser difundido em



O episódio *Império Axum*, do podcast *História em Meia Hora*, aborda as origens e o desenvolvimento do Estado de Axum, atual Etiópia. Para escutá-lo, acesse o QR Code a seguir.



Império Axum | História em Meia Hora



A **língua copta** (do árabe *kobt*) representa o último estado da antiga língua egípcia, acrescida de algumas palavras gregas e latinas. Não era escrita em signos hieroglíficos, mas em letras gregas.

Acesse o QR Code a seguir para saber mais.



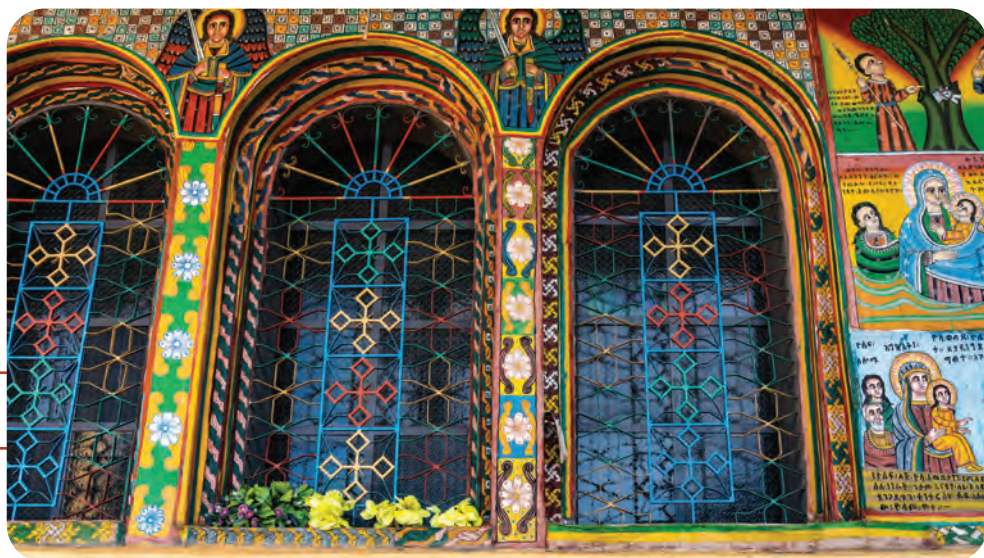
Povoado no Egito
preserva língua copta
| EFE BRASIL

Igreja no Parque Stelae,
no norte de Aksum,
Etiópia. É considerada
um Patrimônio da
Humanidade.

Axum, carregando uma interpretação própria, que diferia daquela proferida em Roma ou em Bizâncio. A igreja axumita, que tinha como característica elementos litúrgicos do clero de Alexandria, com heranças de costumes judaicos, foi difundida por meio da **língua copta**. É possível dizer que se criou, a partir de então, um Cristianismo africano.

O Império de Axum teve uma grande vitalidade. Seu declínio só começou por volta do século VII d.C., quando o Islamismo passou a ser amplamente difundido pela África. Apesar de manter relações pacíficas com os muçulmanos, os axumitas perderam espaço de comércio com o domínio de reinos muçulmanos no Mar Vermelho, o que resultou no enfraquecimento econômico de Axum. No século X, rainha da Abissínia, Sabá, domina a região de Axum, dando fim a esse Império. Nos séculos seguintes, o território passou a ser disputado e eventualmente deu origem ao reino da Etiópia.

As igrejas construídas no período da difusão do Cristianismo em Axum são hoje classificadas como Patrimônio da Humanidade pela Unesco, o que nos dá uma dimensão da grandiosidade artística e cultural dessa civilização.



Refleta sobre o conteúdo

1. Leia o texto a seguir para responder às questões.

O Nilo, as barragens e a História

As barragens são construções que represam o curso da água para determinado fim. Essas estruturas foram fundamentais para o desenvolvimento de muitas civilizações. A primeira barragem da qual se tem conhecimento foi feita no Egito, em 2500 a.C. O represamento da água tem vários objetivos: na Antiguidade, servia para que os povos tivessem algum controle sobre os rios, evitando as enchentes e a falta de água; mais recentemente, as represas produzem energia elétrica e servem para o abastecimento de água nas cidades.

Contudo, na contemporaneidade, a construção de barragens tem gerado impactos socioambientais muito sérios. Ela afeta diretamente os ecossistemas dos rios, pois os peixes migratórios têm suas rotas eliminadas, dificultando o seu ciclo de reprodução; e os da terra, já que, privadas dos sedimentos levados pelas águas nas cheias, as margens passam a sofrer com a falta de nutrientes. As barragens também interferem na vida das pessoas: muitas vezes, cidades inteiras precisam ser deslocadas para que uma área seja inundada pelo represamento de água.

Ao longo do tempo, diversas barragens foram construídas no Rio Nilo. Em 1896, foi construída a primeira barragem, em Assuã, onde, na Antiguidade, estava localizada a região mais baixa da Núbia. Antes do empreendimento, contudo, não foi feito qualquer trabalho arqueológico que pudesse salvar os vestígios do lugar. Somente em 1902, quando houve uma ampliação da barragem, arqueólogos foram mobilizados para fazer um levantamento dos materiais que poderiam ser escavados.

Já na década de 1950, outra barragem foi construída no Nilo, na fronteira do Egito com o Sudão. Diferentemente do que ocorreu em Assuã, o governo egípcio e o governo sudanês se uniram e estimularam um apoio internacional, montando uma força tarefa para o resgate do patrimônio arqueológico que seria inundado com a construção. A região norte da Núbia foi explorada por pesquisadores até a conclusão da obra, na década de 1970. No ano de 2003, houve um retrocesso: a construção de uma nova barragem no Sudão não teve o mesmo apelo que a anterior. Mesmo sob as advertências de ativistas, que denunciavam os impactos socioambientais da construção, a barragem foi inaugurada em 2009. Diversos sítios do reino de Kush foram inundados pelas águas da represa, além de a população local e os povos nômades que passavam pela região terem sido diretamente afetados.

a) Quais são os aspectos positivos e negativos da construção de barragens?

O aluno deve listar como aspecto positivo as melhorias na tecnologia da sociedade, como a luz elétrica. Enquanto aspecto negativo, deve mencionar os impactos socioambientais e a falta de cuidado na preservação do patrimônio arqueológico.

- b) Após ler o texto e refletir sobre o impacto das barragens, qual é a sua opinião sobre a preservação de patrimônios históricos e arqueológicos nos tempos atuais, com o avanço da modernidade?

Barragem de Assuã, Rio Nilo.



Em sua resposta, o aluno deve trazer elementos que mostrem a dupla necessidade de se avançar na tecnologia e, ao mesmo tempo, preservar patrimônios históricos e arqueológicos, o que apresenta um desafio para os tempos atuais.

2. O papel das mulheres nas sociedades antigas não era o mesmo. Cada sociedade, a depender de sua estrutura e forma de organização, reservava lugares distintos às mulheres. Os textos a seguir apresentam discussões sobre essa questão. Analise-os atentamente para responder à pergunta que segue.

Texto I

O lugar das mulheres na sociedade é uma pauta que tem sido muito discutida nas últimas décadas, visto que, na maioria das sociedades ao redor do mundo, durante muito tempo, foi dedicado à mulher apenas o papel de dona de casa e mãe, por isso foram excluídas da vida social e política. Essa é uma das heranças da cultura europeia, que foi difundida em diversas partes do mundo durante os processos de colonização. Porém, já na Antiguidade, havia sociedades que se organizavam de forma diferente da estrutura patriarcal estabelecida pelas sociedades europeias, como alguns povos africanos, que eram matrilineares.

Texto II

Candace foi o título conferido às mulheres que compunham a família dos soberanos no reino de Kush, localizado na região da África Subsaariana, entre os séculos II a.C. e IV d.C. Elas eram mães, esposas ou irmãs dos soberanos e assumiram importantes papéis sociais e políticos, atuando como conselheiras de seus maridos, irmãos ou filhos e chegando a assumir o governo de forma autônoma e independente nesse período. Essas mulheres se apresentam como figuras de destaque nos estudos africanos da Antiguidade, representando a força da mulher como indivíduo ativo.

OLIVEIRA, Fernanda Chamarelli de. Formas de representação das Candaces na cultura material em Kush (I AEC e I EC). *Revista Eletrônica de Antiguidade*, v. 12, n. 2, 2020. Adaptado.

Texto III

Partindo do pressuposto de que a história que se conhece na Grécia é a história da vida pública e de que esta sempre foi indiferente à presença da mulher, é preciso procurá-la no seu confinamento privado. [...] Na Grécia Antiga, esse espaço resumia-se à casa, a *oikia*, que, na Antiguidade Clássica, distinguia-se da pólis. [...] Sem poder jamais desvincular-se do âmbito familiar e ascender ao público, a mulher esteve sempre limitada à casa. Ou seja, mesmo na Grécia, considerada o berço da democracia, a mulher era impossibilitada de ter acesso à cidadania da Antiguidade.

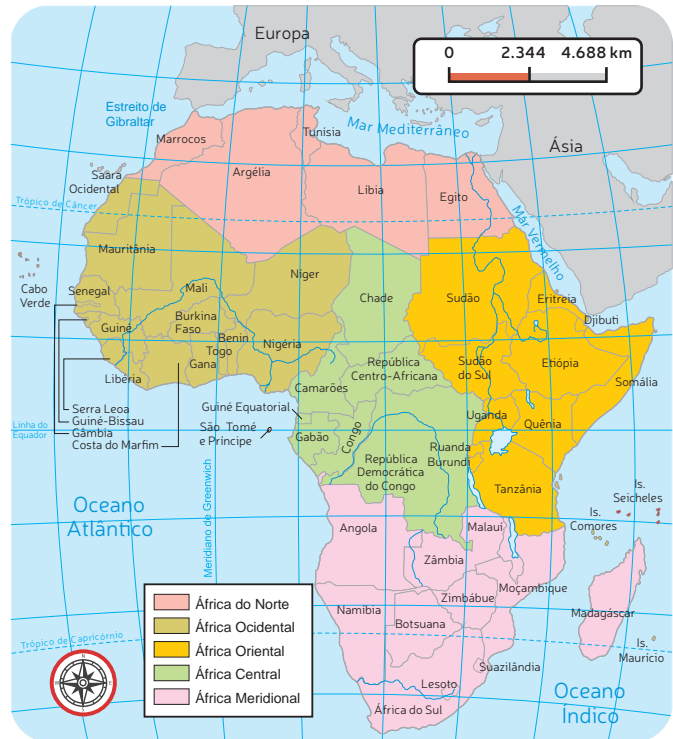
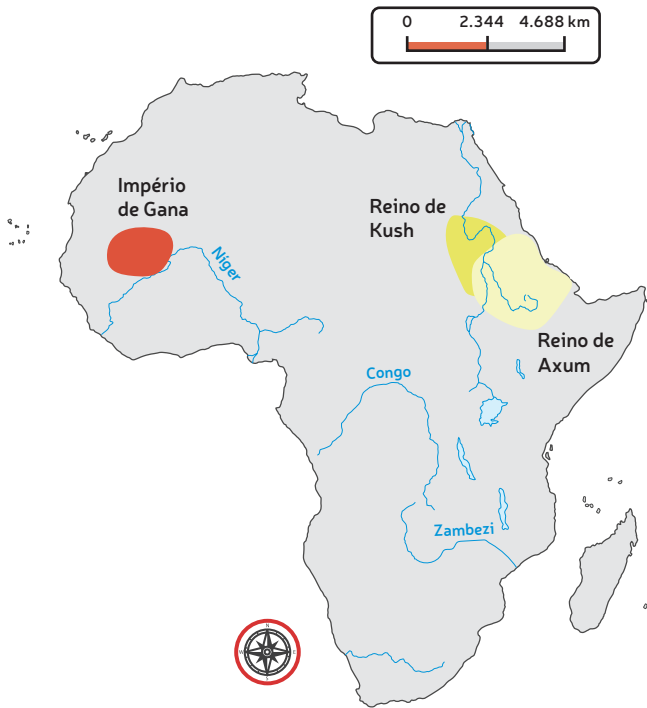
CABALLERO, Cecília. A gênese da exclusão: o lugar da mulher na Grécia Antiga. *Sequência*, Florianópolis, v. 20, n. 38, p. 125–134, 1999. Adaptado.

Com base na leitura dos textos, escreva sobre a diferença entre o papel desempenhado pelas mulheres na Núbia e na Grécia no período da Antiguidade.

Espera-se que o aluno aponte que, enquanto na Grécia Antiga a mulher era completamente privada da vida social e política, na Núbia elas não só participavam da vida sociopolítica, como exerciam papéis relevantes, chegando até a governar.

3. Basta um breve exame do mapa físico da África para mostrar a importância da Núbia como elo entre a África Central — a dos Grandes Lagos e a da Bacia do Congo — e o mundo mediterrânico. O vale do Nilo — que, em sua maior parte, corre paralelo ao Mar Vermelho, em direção ao “corredor” núbio, entre o Saara, a oeste, e o deserto arábico ou núbio, a leste — permitiu um contato direto entre as antigas civilizações do Mediterrâneo e outras civilizações africanas.

MOKHTAR, Gamal (org.). *História Geral da África, II: África Antiga*. Brasília: Unesco, 2010. Adaptado.



Escreva, com suas palavras, sobre a importância da Núbia para o continente africano.

O aluno deve evidenciar a localização central da Núbia para a conexão de diversos povos do continente africano e fora dele, destacando as relações comerciais e as trocas de técnicas e saberes.

4. Leia os textos a seguir.

Texto I

A língua meroíta, utilizada pelas culturas de Napata e de Meroé, ainda não foi compreendida, embora sua escrita já tenha sido decifrada. Como demonstram os relatos históricos dos estudos sobre essa língua, as inscrições coletadas ao acaso no decorrer das escavações só foram objeto de pesquisas sistemáticas nos últimos anos.



wikipedia.org

Fragmento de pedra com hieróglifos meroíta.

MOKHTAR, Gamal (org.). *História Geral da África, II: África Antiga*. Brasília: Unesco, 2010.

Texto II

Independentemente das escavações arqueológicas, antigos textos faraônicos, assim como gregos e latinos, oferecem algumas informações sobre a história e a civilização da Núbia e nos permitem ter uma ideia de seu papel na evolução do continente africano. No entanto, essas fontes não podem suprir a falta de informações arqueológicas e literárias referentes à maior parte da Núbia. [...] Por sua localização geográfica, a Núbia deveria ser a região da África mais rica em informações bem datadas [...].

MOKHTAR, Gamal (org.). *História Geral da África, II: África Antiga*. Brasília: Unesco, 2010.

Na sua opinião, qual seria a importância de decifrar a escrita meroíta?

O aluno deve destacar que a escrita e a língua do povo meroíta são instrumentos essenciais para aprofundar o conhecimento sobre essa sociedade.

5. Apesar de não haver muitos vestígios arqueológicos sobre o surgimento do Estado de Axum, há uma lenda sobre o mito fundador dessa civilização, envolvendo uma rainha africana e um rei árabe. Pesquise sobre essa lenda e relacione-a com o Cristianismo africano que se consolidou em Axum.

Resposta pessoal.

6. (Uece–Adaptada) O reino de Kush foi o berço onde se desenvolveram importantes civilizações e culturas. Além disso, ele teve um papel determinante como elo cultural entre diferentes povos do Mediterrâneo e aqueles da África Subsaariana. Entre suas características, destacam-se o modo como o rei era eleito e o papel da mulher na política. Assinale a afirmação **verdadeira**.

- a) O reino de Kush foi o lendário rival da antiga Núbia africana.
- b) A história de Kush está estreitamente ligada à história do Egito.
- c) O reino de Kush não consta nos relatos de Heródoto sobre a África.
- d) A economia kushita foi precária devido à pobreza do solo e à escassez de água.

7. Analise os textos a seguir.

Texto I

[...] O mais desconcertante de tudo é o que se passa com a morte dos reis. Com efeito, em Meroé, os sacerdotes que se ocupam do culto e das honras divinas, visto pertencerem ao grau mais importante e mais poderoso, enviam, quando tal lhes parece oportuno, um mensageiro ao rei para lhe ordenar que morra. Tal é, com efeito, dizem eles, o oráculo pronunciado pelos deuses, e a ordem dos imortais não deve, sob qualquer pretexto, ser desprezada por uma criatura mortal.

SICÍLIA, Diodoro de. *Bibliothèque Historique*, Livro III. Tradução: Bibiane Bommelaer. Paris: Le Belles Letres, 1989.

Texto II



Arcamani II, 36º rei de Meroé, extinguiu o costume sacerdotal de ordenar a morte dos reis, pois não via sentido nessa prática, devido à educação grega e filosófica que teve. Na imagem, Arcamani II (à direita) fazendo uma oferenda no Templo de Daka, localizado no Egito.

Os textos mostram o papel desempenhado pelos sacerdotes em Meroé, cidade que foi a capital de um importante reino da Núbia. Qual foi esse reino?

- a) Axum.
- b) Egito.
- c) Kush.
- d) Nok.
- e) Kerma.

Relembrando os principais reinos da África Oriental

Vamos revisitar os principais aspectos de alguns reinos da África Oriental? Para preencher o mapa mental a seguir, você pode utilizar informações deste capítulo e pesquisar em outras fontes.

Reinos africanos orientais

Reino de Kush

Napata e Meroé foram as principais cidades desse império.

Quais foram as influências deixadas pelos egípcios durante a dominação de Kush?



Quais foram as principais atividades econômicas desenvolvidas em Kush?

Reino de Axum

Como surgiu esse império?

Teve uma grande expansão comercial, possuía uma moeda própria e atingiu seu apogeu no século IV.



Quais são as principais características do Cristianismo difundido em Axum?

Nesses poderosos reinos, as mulheres desempenhavam papéis importantes.



3

Reinos ocidentais

Neste capítulo, estudaremos os reinos que emergiram na porção ocidental do continente africano. No entanto, antes de iniciarmos esse assunto, é preciso refletir sobre uma questão importante a respeito da relação entre a história da África e a do Ocidente: o período histórico que chamamos de **Antiguidade**.

Ele começa por volta de 4000 a.C., quando se tem registros das primeiras escritas, e termina em 476 d.C., ano da queda do Império Romano do Ocidente. Porém, devemos nos lembrar que essa marcação do tempo, assim como qualquer outra, não é algo que veio pronto da natureza. Ela é uma construção humana **a posteriori**: os seres humanos que viveram nesse período não pensavam nem diziam que estavam vivendo na Antiguidade. Essa designação foi implementada pelos pensadores do Renascimento muito tempo depois, por volta do século XV.

A posteriori é uma expressão latina que significa “a partir do que é posterior”, ou seja, aquilo que vem depois.

Escritura da Grécia Antiga, considerada de fundamental importância para a formação das civilizações ocidentais. Enquadra-se no período da Antiguidade Clássica na cronologia tradicional.



Essa construção não é aleatória; ela é carregada de sentidos e intenções. Você já deve ter percebido que o próprio nome **antiguidade** remete à ideia de antigo, algo ultrapassado. Além disso, ao estabelecer a invenção da escrita como marco inicial da história da humanidade, o conceito de *antiguidade* considera tudo o que existiu antes da escrita como **Pré-História**, isto é, algo que ainda não seria a história em si, diminuindo a importância de milênios de desenvolvimento dos seres humanos, especialmente o período em que os primeiros hominídeos evoluíram no continente africano.

Essas noções foram concebidas a partir de uma visão **eurocêntrica** de mundo. Isso porque, juntamente com a ideia de *antiguidade*, veio o pensamento de que foram os povos europeus aqueles que fundaram a civilização da humanidade, pois, de acordo com essa visão, fora da Europa, existia apenas barbárie. Tal concepção é perigosa e foi utilizada como justificativa para a invasão e colonização de continentes inteiros, pois nomeou os povos que viviam fora da Europa como **bárbaros**. Desse modo, os continentes americano e africano foram os que mais sofreram com as invasões europeias, baseadas no projeto de levar a “civilização” para além-mar.

Historicamente, essa periodização faz sentido apenas para algumas sociedades ocidentais, em especial para a europeia, mas não abarca a complexidade da formação de outros povos. Por isso, nos últimos anos, pesquisadores e estudiosos passaram a questionar a validade da universalização dessa marcação temporal. Assim, foram concebidas outras propostas de divisão histórica, principalmente por pessoas que se dedicam ao estudo e à pesquisa sobre a história e cultura da África. A classificação apresentada na tabela a seguir é uma dessas propostas.

Eurocêntrica é a crença de que a Europa é o centro da cultura mundial, resultando em uma noção distorcida de superioridade desse continente em relação aos demais.

Marco referencial antigo	Antiguidade Pré-histórica (7.000.000 a.C. – 2.500.000 a.C.)	Aparecimento dos primeiros hominídeos.
	Antiguidade Remota I (2.500.000 a.C. – 1.000.000 a.C.)	Surgimento da linhagem <i>Homo habilis</i> e <i>Homo erectus</i> e primeiras migrações para fora da África.
	Antiguidade Remota II (1.000.000 a.C. – 200.000 a.C.)	Surgimento da família protomoderna (o <i>Homo sapiens</i> e o <i>Homo neanderthalensis</i>) e migrações para o Oriente Médio e para a Europa.
	Antiguidade Remota III (200.000 a.C. – 10.000 a.C.)	Surgimento da família anatomicamente moderna (<i>Homo sapiens sapiens</i>) e povoamento do planeta por levas sucessivas a partir da África.
Marco referencial formador	Antiguidade Próxima (10.000 a.C. – 5000 a.C.)	Aparecimento das primeiras sociedades sedentárias.
	Antiguidade Clássica (5000 a.C. – 200 d.C.)	Aparição, apogeu e declínio de sociedades clássicas (Egito, Kerma, Napata, Kush, Meroé, Axum, etc.).
	Antiguidade Neoclássica (200 d.C. – 1500 d.C.)	Aparição, apogeu e declínio de sociedades neoclássicas (Gana, Mali, Songai, Monomotapa, etc.).
Marco referencial moderno	Período Ressurgente (1500–1870)	Aparição, apogeu e declínio de sociedades ressurgentes (Congo, Segou, Buganda, Oyo, Kaior, etc.).
	Período Colonial (1870–1960)	Destruição dos Estados ressurgentes pela Europa e colonização do continente africano.
	Período Contemporâneo (1960 até os dias atuais)	Aparecimento do neocolonialismo e lutas pelas independências.

Fonte: WEDDERBURN, Carlos Moore. *Novas bases para o ensino da História da África no Brasil*. p. 21-24. Adaptado.

Nessa proposição cronológica, a Antiguidade africana vai até o ano de 1500 da era cristã, muito depois de 476 d.C., que marca o fim da Antiguidade na Europa. Você deve se lembrar que, em 1500, no início do século XVI, reinos europeus, como Portugal e Espanha, já haviam iniciado as grandes navegações e chegado a diversos territórios fora da Europa.

Porém, até o século XV, os povos da costa atlântica da África, por exemplo, não tinham mantido contato com qualquer civilização de fora do continente, e, apesar do intenso fluxo de pessoas em outras regiões da África, o contato e a integração mais intensos com pessoas de fora se deram a partir do século VII, com a expansão da religião islâmica.

No mesmo período histórico, eventos completamente diferentes aconteceram em outras partes do mundo. Por isso, é importante que exista uma cronologia que nos ajude a situar esses diversos eventos; mas também é fundamental que as particularidades de cada lugar sejam identificadas e nomeadas de acordo com a sua realidade.

A vida no deserto

Agora conheceremos alguns povos que ocuparam a região ocidental da África, exatamente aqueles reinos e Estados que mantiveram apenas contatos **endógenos** – ou seja, que se originam no interior de um sistema – com a África até, aproximadamente, o ano de 1440. Quando se depararam com os europeus em suas cidades, esses povos viviam no período da Antiguidade Neoclássica africana, mas os visitantes europeus estavam inaugurando a chamada **Idade Moderna**. Esse foi, então, um choque de realidades que trouxe inúmeras consequências para ambas as civilizações.



As civilizações que estudaremos neste capítulo se desenvolveram em uma região a oeste do continente africano, próximo à costa do Oceano Atlântico, na porção ocidental da África. Essa região ficou conhecida como **Sudão Ocidental**.

Esses povos chegaram a esse território após o processo de desertificação da região, que aconteceu por volta do século I a.C., obrigando as populações que ali viviam a se espalhar por outros lugares.

Assim, alguns grupos migraram para o leste, estabelecendo-se próximo ao Rio Nilo e formando os reinos orientais (Núbia, Kush, Meroé, Axum, etc.). Outros grupos migraram para o norte, fixando-se próximo ao Mar Mediterrâneo. E outros se moveram em direção ao sul, próximo às savanas irrigadas pelos grandes rios, como o Níger e o Senegal. Ali, perto do Sahel, surgiram os **grupos étnicos**, que ficaram genericamente conhecidos como **sudaneses**, entre eles os sonikês, os mandingas, os fulas e os dogon. Tudo isso mostra como eram diversos os grupos humanos que estavam naquela região da África, onde hoje se localizam os países de Senegal, Mali, Níger, Mauritânia, Nigéria, Burkina Faso e Chade.

Grupos étnicos são as categorias de pessoas que se identificam entre si por causa de alguma base comum: a origem, a genealogia, a língua, a cultura, a adoção das mesmas crenças, etc. *Etnia* é a noção que se usa para distinguir cada um desses grupos.



Vilarejo no Sahel, na região onde atualmente se localiza o Chade. Na imagem, é possível ver uma criança em um asno, animal muito utilizado na região.

Reino de Gana

Os grupos que se estabeleceram mais ao norte do continente africano foram fortemente influenciados pelo Islamismo, e as primeiras comunidades muçulmanas se instalaram ali a partir do século VIII. Nesse sentido, o surgimento de cidades comerciais nesse lugar foi muito importante para o seu desenvolvimento, fazendo com que diversos povos transitassem por ali.

Os muçulmanos, que tinham muita influência nessa região, referiam-se ao território situado abaixo do Deserto do Saara como **Bilad al-Sudan**, que significava “país dos negros”. Eles se diferenciavam em tudo, mesmo porque as condições climáticas das savanas eram muito mais favoráveis do que as do deserto, pois havia maior abundância de recursos naturais, graças ao Rio Níger.

Assim como o Nilo possibilitou a existência de várias civilizações no Oriente da África, o Níger trouxe vida à região da parte ocidental do continente. Na erosão do solo, localizada na nascente do Níger, encontravam-se minérios como ferro, alumínio e até ouro e diamante. Além disso, as cheias do Níger, ao longo de seu curso, levavam matéria orgânica para os territórios e fertilizavam as terras, deixando-as prontas para as plantações e fornecendo água para a criação dos animais.

Quando falamos do antigo reino de Gana, é comum associá-lo ao atual país africano com mesmo nome, localizado na região do Golfo da Guiné, também no oeste da África. Contudo, o antigo império de Gana se estabeleceu na região que, atualmente, compreende o Mali e o sul da Mauritânia.

Formado pelos povos soninkê, Gana foi o Estado mais antigo a se estabelecer nessa região, tendo surgido por volta do século IV. Contudo, era um reino desconhecido até o século VIII, quando alcançou seu apogeu no ano de 790. Nesse período, Gana era governada por Kaya Maghan, e a sucessão real era feita por meio da linhagem feminina, característica que vimos em outras civilizações africanas.

Por volta do século IX, Gana controlava as principais jazidas de ouro da África Ocidental, o que lhe dava enorme poder e influência sobre diversos povoados que viviam próximo à sua capital, Kumbi Saleh, localizada ao sul da atual Mauritânia. O reino tinha uma estrutura social complexa, que separava a área nobre dos mercadores muçulmanos com muralhas de barro. De um lado, ficava o palácio real, cercado de habitações; do outro, localizavam-se a **mesquita** — lugar de culto a religião islâmica — e demais casas.

O ouro extraído de Gana era um dos principais produtos de troca do reino, mas também era o motivo pelo qual o território era visado por vários povos que queriam dominar a região. Dessa maneira, Gana foi perdendo importância a partir do século XI. Porém, seu declínio não teve a ver somente com as investidas de outros povos. Naquela época, a influência muçulmana era muito grande, e Gana insistia em segregar os seguidores do Islamismo. Assim, **cameleiros e cavaleiros** muçulmanos, vindos do Marrocos, invadiram Gana em luta contra os “infiéis”.

Os **cameleiros e cavaleiros** eram grupos nômades que se locomoviam com o auxílio dos camelos e cavalos, respectivamente.

A propagação do Islã pela África Subsaariana

[...] O Islã veio do Oriente Médio para tomar conta do norte africano ao longo da segunda metade do século VII d.C., quando o Califado Omíada (661–750 d.C.), de Damasco, dominou aquela área com força militar. A partir dali, propagou-se via berberes islamizados — coagidos ou seduzidos a se converter —, durante o século VIII d.C., ao longo das rotas de comércio que cruzavam a África Ocidental, saindo da costa leste para o interior da África Central e finalmente alcançando o Lago Chade. Enquanto isso, a religião também se espalhou pelo Egito e rumou para o oeste pela região do Sudão abaixo do Deserto do Saara. Uma terceira onda trouxe a religião para a costa leste da África, o Chifre da África e a Costa Suaili, diretamente da Arábia e do Golfo Pérsico.

Uma vez que a religião havia chegado até a savana, que se espalha pela África abaixo do Deserto do Saara, ela foi adotada pelas elites africanas governantes, embora muito frequentemente as crenças e os rituais indígenas continuassem a ser praticados ou até mesmo se misturassem com a nova religião.

Ao passo que comerciantes muçulmanos avançavam nos territórios da África, também a religião se propagava de um império a outro, estabelecendo-se primeiro em Gao, no Mali, no ano de 985 d.C., e, então, no Império de Gana (séculos VI–XII d.C.), a partir do século X d.C. De lá, o Islã seguiu para o leste até o Império de Mali (1240–1640 d.C.) e o Império de

► Songai (cerca de 1460–1591 d.C.). Com a adoção do Islã pelos governantes do Reino de Kanem, entre os séculos XI e XII d.C., e Hauçalândia, a partir do século XIV d.C., o cerco da religião à África Subsaariana estava completo.



O Islã esteve presente desde o início da formação do Império de Gana. O território que compreendia o antigo Reino de Gana é atualmente composto pelos países Guiné, Mali, Mauritânia e Senegal, lugares onde o Islamismo é bem presente. Na imagem, Grande Mesquita de Touba, no Senegal, considerada uma das mesquitas mais bonitas do mundo, sendo a maior do país e uma das maiores da África. Ela foi fundada em 1887, mas só teve sua construção concluída em 1963.

Disponível em: <https://www.worldhistory.org/trans/pt/2-1382/a-propagacao-do-islã-pela-africa-antiga/>. Acesso em: 10/11/2022. Adaptado.

Império do Mali

O reino de Gana nunca se recuperou dos ataques sofridos pelos muçulmanos, o que gerou uma disputa entre os Estados que estavam sob seu domínio pela hegemonia do valioso território.

Em 1235, uma coligação de povos mandingas, sob a chefia do rei Sundiata Keita, firmou-se como dominadora do reino ganês, dando início ao Estado unificado do Mali. Os mandingas, que conheceram o Islã por volta do século XI, tinham uma política de tolerância. Apesar de haver muitos membros dessa civilização islamizados, diferentemente de Gana havia uma convivência mais fluida entre os eruditos das mesquitas e os **griôs** das religiões tradicionais politeístas. Essa característica melhorou as relações políticas e comerciais com os povos do norte.

É possível considerar que o Mali constituiu um império que perdurou por mais de um milênio e se estendeu por toda a África Ocidental, com diversos povos e etnias fazendo parte de um único conjunto político. Seu poderio militar, juntamente com a forte economia (baseada no comércio do ouro e na posição de destaque das rotas comerciais do Saara), fez com que o Mali exercesse uma hegemonia em toda a região.

Outro fator que viabilizou essa hegemonia foi a forte estrutura política criada por essa civilização. A organização administrativa contava com representantes em cada área dominada, mas o poder central era forte e estava nas mãos do **mansa**, que era como se chamava o líder do Mali. Apesar desse poder central,

Os **griôs**, para alguns povos da África, são aqueles que contam as histórias e narram os acontecimentos de um povo, passando as tradições para as gerações futuras.

Também chamada de **haje**, a **peregrinação a Meca** é uma das obrigações que todo muçulmano adulto deve realizar pelo menos uma vez na vida. Consiste em seguir uma jornada em direção a Meca, cidade sagrada para os adeptos do Islamismo.

Para saber mais sobre esse rito religioso, assista à reportagem disponível no QR Code a seguir.



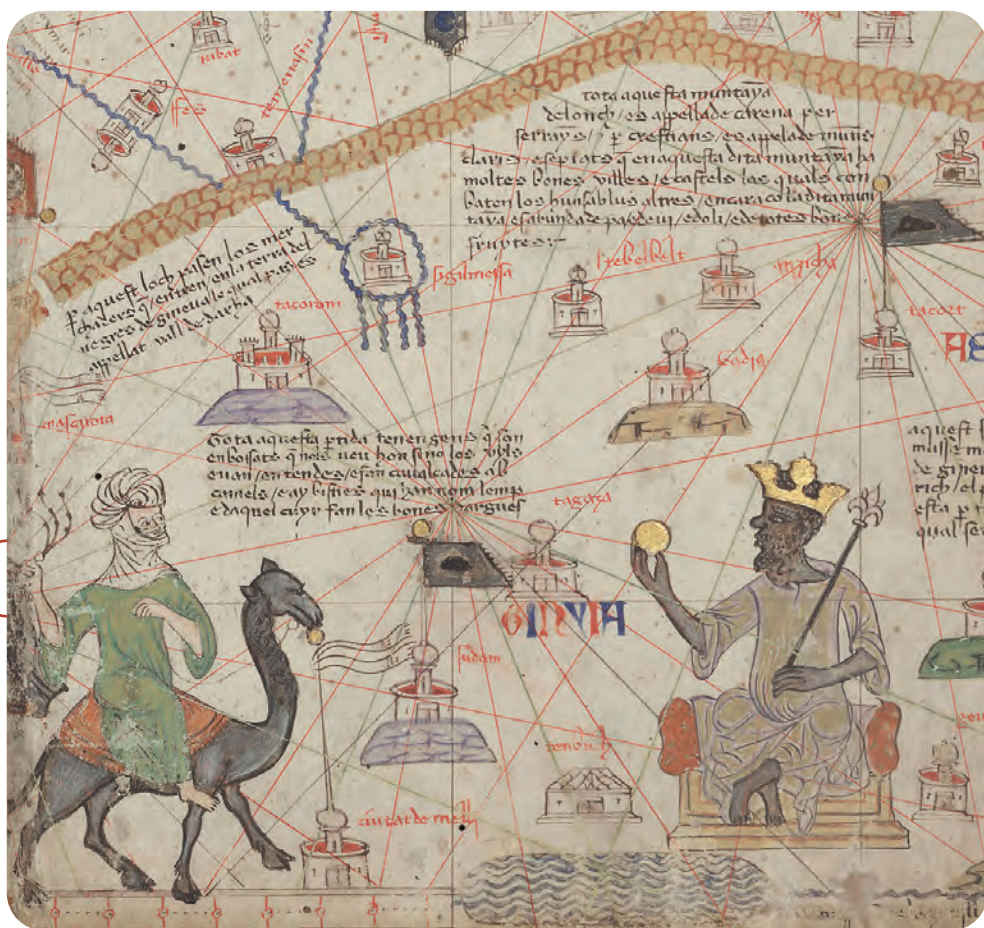
Entenda o significado da peregrinação a Meca | Jornalismo TV Cultura

Detalhe do *Atlas de Catalão* (1375), mostrando a região do Saara. No lado direito da imagem, está retratado o mansa Mussa, que segura uma moeda de ouro e, juntamente com os demais elementos — o cetro, a coroa, o trono e até mesmo a postura com a qual foi retratado —, demonstra como outros povos enxergavam a figura do mansa Mussa, responsável por promover um grande desenvolvimento cultural e artístico no reino do Mali.

cada província dominada conservava sua autonomia, fosse mantendo os títulos dos seus governantes originais, fosse designando um representante do mansa para governar junto ao chefe tradicional.

Sundiata Keita foi o mansa responsável pela investida contra Gana e pela ascensão do Império do Mali, mas foi no governo de Kankan Mussa, o mansa Mussa (1307–1332), que o Mali atingiu o seu apogeu. Em 1324, mansa Mussa, que era adepto ao Islã, realizou a **peregrinação a Meca**. O líder malinês usou esse evento para expandir ainda mais a influência do seu império.

Durante a viagem, ele percebeu que a presença do império islâmico no mundo era muito maior do que ele imaginava. Como uma estratégia para integrar o Mali nessa rede de influência, mansa Mussa trouxe, para sua capital, sábios, artistas e poetas muçulmanos que transmitiriam o Islamismo. Além disso, ele levou ao Mali um célebre arquiteto muçulmano, Ishak al-Tuedjin, que realizou a construção de palácios e mesquitas em um estilo particular que marcou a arquitetura malinesa.



Essa ação do mansa Mussa trouxe vitalidade e criou uma elite letrada em cidades como Tombuctu e Djenné. Ela também chamou a atenção de outros reinos e civilizações para o Mali, como Egito, Magreb e Portugal, que passaram a se interessar pelo império. Em certo momento, as fontes sobre o Mali deixaram de ser produzidas pelos árabes e passaram a vir de relatos dos portugueses, o que mostra o interesse europeu no império africano.



Mesquita de Djenné, reconhecida como Patrimônio da Humanidade pela Unesco.

O poder de mansa Mussa

Foi o mais conhecido dos imperadores do Mali, e essa reputação se deveu à sua peregrinação a Meca em 1325 e, sobretudo, à temporada no Cairo, na qual distribuiu ouro em tal quantidade que fez baixar a cotação do precioso metal por muito tempo. [...] Mansa Mussa preparou a viagem com toda a minúcia requerida pela tradição, solicitando a todas as cidades mercantis e províncias uma contribuição particular. Deixou Niani (então capital do Mali) acompanhado por uma enorme escolta; as cifras fornecidas pelos autores árabes podem parecer excessivas, mas fazem entrever o poderio do soberano maninka: 60 mil carregadores e 500 servidores com vestimentas recamadas de ouro, cada um com uma bengala também de ouro. Mansa Mussa recebeu no Cairo as honras devidas a um grande sultão; impunha-se pelo porte e por generosidade digna dos reis das *Mil e uma noites*. [...] Segundo a tradição oral, comprou terras e casas em Meca e no Cairo para abrigar os peregrinos sudaneses. O importante, porém, é que mansa Mussa estabeleceu sólidas relações com os países que percorreu.

NIANE, D. T. O Mali e a segunda expansão manden. In: *História Geral da África, IV: África do século XII ao XVI*. Brasília: Unesco, 2010, p. 168. Adaptado.

O ouro, o cobre, a **noz-de-cola** e o sal eram os principais produtos comercializados pelo Mali. As cidades de Djenné, Gao e Tombuctu foram muito importantes para o comércio, pois guardavam uma classe dinâmica de mercadores e letrados. A partir do século XIV, Tombuctu e Djenné se transformaram em grandes centros urbanos. Elas se localizavam em uma posição estratégica, por onde transitava uma ampla rede de mercadores, o que as transformou em importantes rotas comerciais.

Além disso, essas cidades eram também grandes centros culturais. No início do século XIV, Tombuctu era reconhecida pela Universidade de Sankoré, onde aportavam pessoas de diversos lugares para estudar o **Alcorão** — livro sagrado do Islamismo — e conhecimentos gerais de Astronomia, Matemática, Geografia, História, entre outros. Sob o governo do mansa Mussa, a biblioteca de Sankoré tinha o maior acervo da África, reunindo mais de 400 mil livros e manuscritos.



Noz-de-cola é um fruto proveniente da região de floresta da África Ocidental. É muito apreciado nas sociedades muçulmanas. Sua semente é utilizada em bebidas e alimentos como aromatizante.

A Mesquita Djinguereber, em Tombuctu, construída no ano de 1327 pelo arquiteto Ishak al-Tuedjin. Devido ao investimento de mansa Mussa em Mali, é um famoso centro de aprendizagem malinês.



Demark | Shutterstock

A agricultura do Mali também era parte importante da vida econômica da região. A produção de diversos víveres era uma característica conhecida para além dos domínios do império, pois os viajantes sabiam que, chegando nesse território, não precisavam fazer um grande estoque de mantimentos, pois estes eram abundantes em toda a extensão do Mali. A enorme capacidade agrícola possibilitava não só a provisão de um grande exército, como também que o mansa oferecesse banquetes aos seus súditos.

Recentemente, foram disponibilizados, *online* e de forma gratuita, diversos manuscritos produzidos em Tombuctu entre os séculos XI e XX. Os documentos abordam assuntos de Filosofia, Astronomia, Agricultura, Economia, Matemática e diversas outras áreas.

As mais de 40 mil páginas podem ser acessadas no QR Code a seguir.



The Timbuktu
Manuscripts | Google
Arts & Culture

Na região onde se desenvolveu o Império do Mali, o Rio Níger recorrentemente inundava partes das pastagens secas e savanas, proporcionando terras férteis para a agricultura começar há pelo menos três mil anos naquela região, um empreendimento amplamente ajudado pela média anual de chuvas da região. Cereais como o arroz vermelho africano e o painço eram cultivados com sucesso, assim como vagens, tubérculos e outras plantações de raízes, plantas oleaginosas e fibrosas e frutas.

Disponível em: <https://www.worldhistory.org/trans/pt/1-16433/o-império-de-mali/>. Acesso em: 28/02/2023. Adaptado.

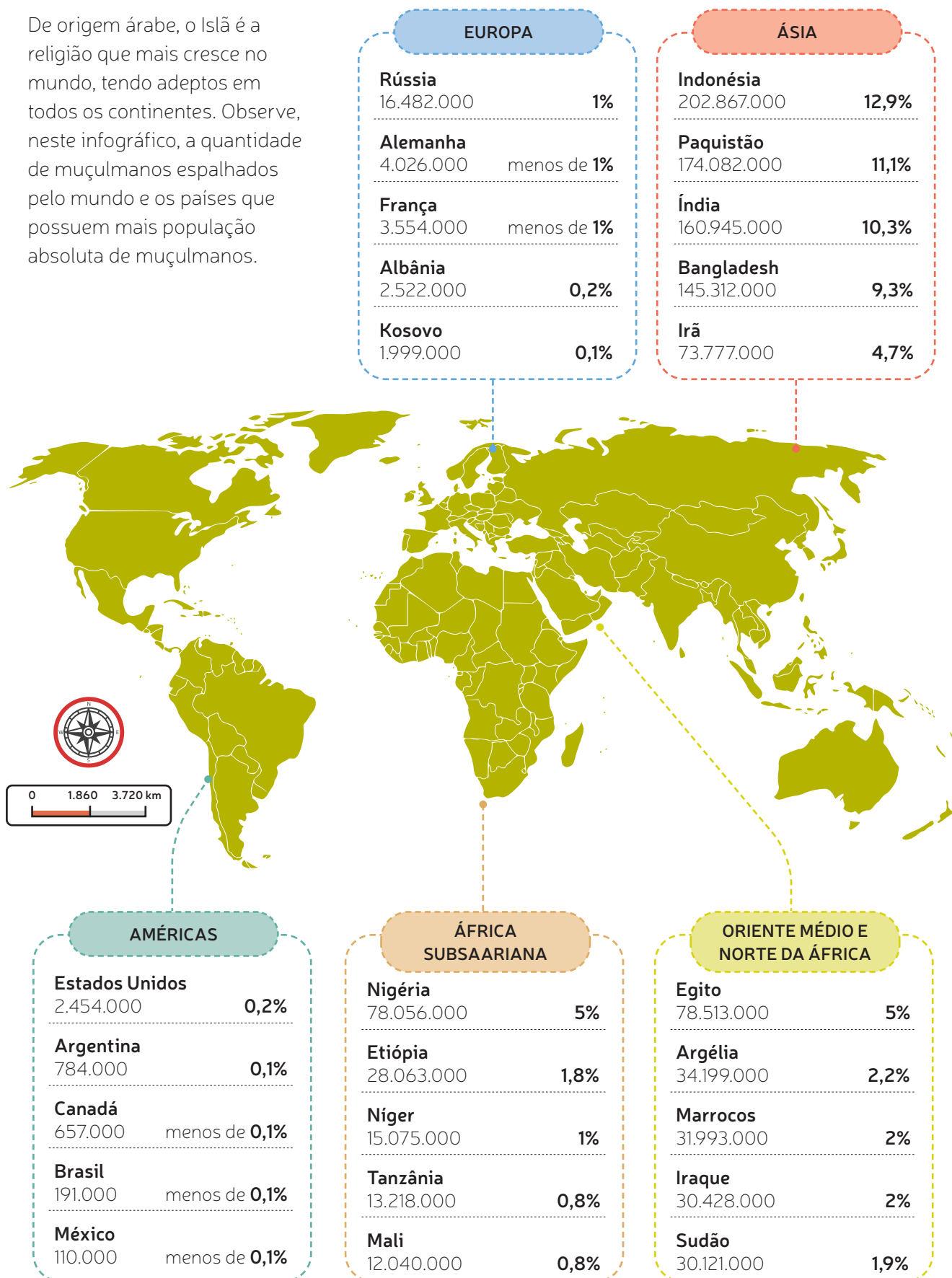
O Império do Mali atingiu uma área de influência tão vasta que, a partir da segunda metade do século XIV, ficou cada vez mais difícil manter a hegemonia por todo o território. Conflitos internos e ataques a cidades importantes, como a própria Tombuctu, fizeram com que o Mali perdesse o controle do comércio na região do Saara.

A esses fatores, ainda se soma a intervenção do reino português na costa ocidental africana, que, após contatos violentos, buscou se envolver nos conflitos internos do império, coletando informações e financiando chefes costeiros para que estes se libertassem da tutela do mansa.

Por volta do ano de 1500, os povos fulas, do norte, conseguiram vitórias significativas e dominaram territórios importantes do Mali. Apesar de conservar certa autonomia até o século XVII, o Mali já não era mais um império de grande supremacia após a perda de sua influência.

Mapa do mundo muçulmano

De origem árabe, o Islã é a religião que mais cresce no mundo, tendo adeptos em todos os continentes. Observe, neste infográfico, a quantidade de muçulmanos espalhados pelo mundo e os países que possuem mais população absoluta de muçulmanos.



Refleta sobre o conteúdo

1. Analise o texto a seguir para responder à questão.

A tradição oral na África

Muito do que sabemos sobre o Reino de Gana veio dos relatos de Al-Bakri, um sábio muçulmano que, em 1068, escreveu um tratado de Geografia sobre as regiões pelas quais ele viajou, nas rotas do Saara. Os povos dessas regiões não tinham uma cultura escrita forte, então os documentos escritos são quase sempre provenientes de pessoas que vieram de outros lugares: observadores e viajantes.

Para esses povos, a tradição da narrativa oral era muito mais importante, e ela foi fundamental na construção de valores e crenças e no fortalecimento da sociedade. Inclusive, ainda hoje existem comunidades e sociedades nas quais a tradição oral continua sendo valorizada. Nesse sentido, as músicas, os provérbios e os contos são elementos que veiculam e perpetuam as informações e a história de vários povos africanos.

A figura dos griôs é de suma importância nessas sociedades. Isso porque são pessoas mais velhas, consideradas guardiãs da história e do conhecimento da comunidade e responsáveis por repassar todo o seu saber para as futuras gerações, por isso são respeitadas por toda a comunidade. O escritor malinês Amadou Hampaté Bâ (1901–1991), também considerado um griô, costumava dizer que “na África, quando morre um velho, é toda uma biblioteca que queima”. Eles são os responsáveis por manterem vivas as memórias de toda a sociedade da qual fazem parte, capturando a complexidade da realidade vivida.

A tradição oral de algumas civilizações africanas, apesar de muito rica, foi vista pelos europeus como uma prova de que os povos africanos precisavam ser “civilizados”, como se a escrita estivesse em uma posição hierárquica acima da oralidade. Essa ideia foi uma das justificativas usadas para a colonização, que impôs à África momentos de horror.

Atualmente, o preconceito contra a tradição oral tem sido combatido, e o papel dos griôs tem sido valorizado não só no continente africano, mas em outras partes do mundo, como no Brasil. Deoscóredes Maximiliano dos Santos (1917–2013), conhecido como **Mestre Didi**, foi um artista baiano que trazia, em suas obras, a ancestralidade da tradição oral negra, especialmente da cultura nagô. Por ser um narrador das histórias das origens africanas, foi considerado um griô.

Em 12 de novembro de 2014, o Projeto de Lei Griô (PL 1786/2011), que pretendia implementar políticas públicas de proteção e fomento à transmissão oral de saberes e fazeres, foi aprovado pela Câmara dos Deputados. O nome da lei remete diretamente à tradição da oralidade africana.



Gravura de Griô do Senegal, 1890.

wikipedia.org

A tradição oral é uma das formas mais antigas de transmissão de conhecimento, sendo, ainda atualmente, o pilar de diversas sociedades. Apesar de sua reconhecida importância não só para o passado da humanidade, como também para o presente, nem todas as sociedades contemporâneas valorizam essa forma de conhecimento. Na sua visão, por que isso acontece?

Espera-se que o aluno aborde o preconceito que foi difundido pelos europeus desde o período da colonização da África e das Américas. Eles valorizavam a cultura escrita sobre a oralidade, classificando a tradição oral como sinônimo de falta de civilização.

2. Leia o texto que segue.

Rostovtzeff seguiu a tradição dos historiadores que organizaram a cronologia da história mundial em: Antiguidade, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea. Uma cronologia que apareceu pela primeira vez com os humanistas da Renascença, mas que só se consolidou nas últimas décadas do século XIX, com a ascensão do cientificismo. A maioria dos historiadores, no entanto, não contesta o período histórico em si, mas procura adaptá-lo às novas perspectivas da História, surgidas no final do século XX.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2019. p. 20.

O texto fortalece a ideia de que:

- a) a Antiguidade é um período universal, válido para as experiências de todos os povos e civilizações humanas.
- b) a Antiguidade é um marco temporal importante para a história da humanidade, mas representa uma ideologia eurocêntrica.
- c) a divisão cronológica da História é algo natural, e a interferência humana pode trazer problemas para o cientificismo.
- d) a tradição cronológica que divide a História desde a Antiguidade até a Idade Contemporânea não tem mais qualquer importância na atualidade.
- e) a ascensão do cientificismo corroborou a ideia de que, no século XX, não haveria mais divisão cronológica nos estudos históricos.

3. Analise o texto a seguir.

[...] Sua posição geográfica se localizava exatamente na área entre o Saara e as cabeceiras dos rios Níger e Senegal. Era uma posição fundamental para o controle das principais rotas de comércio entre o deserto e a savana. [...] Não era um império unificado e que buscava expansão territorial, mas se estendia por meio da influência sobre diversos súditos, juntamente com suas próprias características de organização, sendo, assim, uma soberania exercida sobre homens, e não sobre a terra. No aspecto do comércio, era interessante para o reino manter e ampliar o controle sobre os sujeitos que atuavam nessas redes de circulação.

MARQUES, Diego Souza. O comércio transaariano e os estados do Sudão ocidental: séculos VIII-XVI. In: MACEDO, Rivair José (org.). *Desvendando a história da África*. Porto Alegre: UFRGS, 2008. p. 47.

A qual império africano o texto se refere?

- a) Gana.
- b) Meoré.
- c) Axum.
- d) Egito.
- e) Congo.

4. Leia o texto a seguir.

“Uma pluma pesa; a ave também pesa. A mais leve é a que sabe voar”. Assim era o provérbio de Dona Martina, minha falecida mãe. Pois a mim pesam-me as duas vezes e nunca os meus sonhos se convertem em noturnos voos. Um estado de alerta me faz entrar e sair do sono como um bêbado, ir e vir como um naufrago. Herança dessa noite fatídica em que Rolando disparou sobre o meu pai. A insônia traz lembranças que eu não queria; o dormir lava memórias que eu queria guardar. O sono é a minha doença, a minha loucura.

COUTO, Mia. *A confissão da leoa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 35. Adaptado.

O trecho lido, do escritor moçambicano Mia Couto, faz referência à cultura dos provérbios na África, elemento importante para muitos povos desse continente. Sobre esse assunto, assinale a alternativa **correta**.

- a) A tradição oral na África foi muito importante para os povos da Antiguidade que não dominavam a escrita. Com a colonização, especialmente a partir do século XIX, essa tradição se perdeu.
- b) Os griôs são figuras importantes para muitos povos africanos, pois são eles que, por meio da tradição oral, transmitem saberes, conhecimentos e narram as histórias ancestrais para as gerações futuras.

- c) Na Antiguidade, a escrita hieroglífica foi essencial para o desenvolvimento de reinos e impérios africanos. Após a queda do Império Egípcio, a escrita caiu em desuso, e a oralidade passou a ser importante em todo o continente africano.
- d) O tráfico de escravizados imposto pelos reinos europeus a povos africanos foi o ponto de partida para a disseminação da tradição oral na África, uma vez que os escravizados eram proibidos de exercer a escrita.
- e) Os griôs, mestres responsáveis por transmitir oralmente histórias tradicionais africanas, são figuras restritas à região das savanas da África, não sendo encontrados em outras regiões.

5. Observe o texto a seguir.

Assim, entre 1481 e 1495, D. João II, de Portugal, enviou embaixadas ao rei do Futa, ao *koi* de Tombuctu e ao mansa do Mali.

Duas missões diplomáticas foram enviadas ao Mali, mostrando a importância que o soberano português atribuía a esse país. A primeira partiu pelo Gâmbia, a segunda partiu do forte de Elmina.

LY-TALL, Madina. O declínio do império do Mali. In: *História Geral da África, IV: África do século XII ao XVI*. Brasília: Unesco, 2010. p. 205.

O trecho lido trata de um importante evento para um dos principais reinos da África Ocidental. Assinale a alternativa que corresponde a esse evento.

- a) A vitória da Gâmbia na guerra contra Portugal.
- b) O início das relações diplomáticas entre Europa e África.
- c) A coroação do mansa Futa como rei interino de Portugal.
- d) O acordo de paz entre Portugal e Tombuctu.
- e) A queda do Império Mali.

6. (Enem—Adaptada) Leia o texto a seguir.

No império africano do Mali, no século XIV, Tombuctu foi centro de um comércio internacional no qual tudo era negociado — sal, escravizados, marfim, etc. Havia também um grande comércio de livros de História, Medicina, Astronomia e Matemática, além de grande concentração de estudantes. A importância cultural de Tombuctu pode ser percebida por meio de um velho provérbio: “O sal vem do norte, o ouro vem do sul, mas as palavras de Deus e os tesouros da sabedoria vêm de Tombuctu”.

ASSUMPÇÃO, J. E. África: uma história a ser reescrita. In: MACEDO, J. R. (org.). *Desvendando a história da África*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p.37. Adaptado.

Uma explicação para o dinamismo dessa cidade e sua importância histórica no período mencionado é o(a):

- a) isolamento geográfico do Saara Ocidental.
- b) exploração intensiva de recursos naturais.

- posição relativa nas redes de circulação.
- d) tráfico transatlântico de mão de obra servil.
- e) competição econômica dos reinos da região.

7. Analise o texto que segue.

Como o *kaya maghan*, o mansa é conhecido, antes de mais nada, como justiceiro, o patriarca que recebe as queixas de todos. Nas regiões, é representado pelos governadores, mas, se estes cometem atos injustos, em princípio são destituídos tão logo o mansa seja informado. Os súditos abordam o mansa com humildade [...]

NIANE, D. T. O Mali e a segunda expansão manden. In: *História Geral da África, IV: África do século XII ao XVI*. Brasília: Unesco, 2010, p. 171.

O texto lido faz referência ao líder do Império do Mali. Sobre esse tema, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) Mansa Mussa foi um dos mais importantes líderes do Mali. Sua peregrinação a Meca fez com que seu império ficasse conhecido para além das suas fronteiras.
- b) Apesar de o mansa ser considerado líder supremo do Império do Mali, os governantes das províncias dominadas muitas vezes mantinham autonomia e uma relação pacífica com o poder central.
- c) A islamização do Império do Mali foi uma estratégia para expandir o poder de influência dessa civilização, que percebeu o poderio islâmico por volta do século XIV.
- d) O Islã, assim como as religiões tradicionais politeístas, era tolerada no Império do Mali, mas o mansa era adepto do Cristianismo, e os seguidores de outras religiões precisavam pagar tributos mais caros ao líder.
- e) A construção de mesquitas suntuosas em importantes cidades do Mali ocorreu graças à visita a Meca feita pelo mansa Mussa, que retornou da peregrinação com inspirações para seu império.

8. (Crescer Consultorias) O Império do Mali foi um dos maiores impérios africanos de toda a História, mas sua grandeza também foi marcada por inconstâncias relacionadas ao domínio da região. Em seu apogeu, a religião dominante era:

- a) o berbere, que dominava grande parte do norte da África, cujo deus era Amon.
- b) a mitologia Ashanti, com o deus Nyame e suas divindades menores.
- c) a mitologia iorubá, que daria origem, no futuro, ao Candomblé e à Umbanda.
- d) o Islamismo, por conta da conversão do rei Mali.

Compreendendo a islamização da África

Para finalizar o capítulo, vamos relembrar a influência da religião islâmica no continente africano, especialmente na região subsaariana. Para completar o mapa mental a seguir, você pode utilizar informações deste capítulo e pesquisar em outras fontes.

O Islã no continente africano



Quais foram as primeiras regiões da África a receberem influência dessa religião?



Impactos na cultura material e imaterial da África

Quais são os principais impactos do Islamismo na arquitetura de alguns países africanos?

O Islamismo está presente em diferentes países da África há séculos, tornando-a um dos continentes com mais adeptos da religião em questão.

Como o mansa Mussa contribuiu para difundir a cultura islâmica no Império do Mali?

Quais são as regiões da África com maior presença de muçulmanos?

Qual é a maior mesquita do continente africano? Em que país se localiza?

4

África e Brasil: para reconhecer nossas origens

A partir do século XV, o cenário de muitos povos africanos — especialmente os localizados na costa atlântica da África — foi modificado pela interferência de países europeus que devastaram o continente de várias formas. Os europeus exploraram não só os bens — como metais preciosos, especiarias e outros recursos naturais —, mas também as pessoas, que foram levadas na condição de escravizadas para as Américas. Ou seja, as riquezas geradas pelo processo de expansão marítima empreendido por povos europeus custaram o lar, a dignidade e a vida de diversos africanos.

A expansão marítima realizada pelos países europeus tinha como objetivo acumular riquezas para os reis, além de lidar com a crise gerada pelo fim do feudalismo na Europa — prática que ficou conhecida como **mercantilismo**. Na imagem, representação gráfica de uma caravela portuguesa do século XVI chegando a Porto Seguro, no Brasil, localizada na praça em frente ao *Monumento aos descobrimentos*, na cidade de Belém, em Lisboa, Portugal.



Esse sistema de dominação, denominado **colonialismo**, estendeu-se pelos séculos seguintes e foi o principal responsável pelo subdesenvolvimento dos povos africanos, visto que, além de dizimar os habitantes do continente e devastar suas terras e riquezas, a interferência europeia criou atritos entre diferentes povos e acirrou os conflitos já existentes.

A África não foi o único continente que sofreu com as invasões europeias: as Américas também tiveram suas terras e seus povos explorados. Neste capítulo, voltaremos nossos estudos para a interação entre os povos desses continentes, visto que foi a partir desse contato que o nosso país foi formado. Estudaremos como viviam as civilizações trazidas de maneira forçada ao Brasil para compreender as heranças que elas nos deixaram. Mas, antes, vamos entender um pouco sobre os primeiros contatos entre africanos e europeus.

Os primeiros contatos

Em 1434, as melhorias nas técnicas de navegação permitiram que Portugal contornasse o temido Cabo Bojador, um ponto de difícil acesso no litoral africano, localizado no atual Saara Ocidental. Assim, os portugueses foram os primeiros europeus a chegar na África por meio do Oceano Atlântico. Após passar por esse temível trecho, tiveram contato, inicialmente, com os povos berberes do deserto e, à medida que foram descendo pela costa, passaram a conhecer outros povos.



Para entender as consequências do colonialismo na África, assista ao vídeo disponível no QR Code a seguir.



Como a colonização define o presente da África | Meteoro Brasil



No século XV, a região do Cabo Bojador era conhecida pelas águas turbulentas que provocavam o naufrágio de navios europeus e que foram nomeadas de **Mar Tenebroso**. Lendas medievais afirmavam que esse trecho do Oceano Atlântico era habitado por monstros marinhos, responsáveis por naufragar as embarcações que se aventuravam naquela região. Neste mapa, é possível ver a região do Saara Ocidental, com destaque para o Cabo Bojador.

Peter Hermes Furian | Adobe Stock

No fim do século XV, em 1498, o navegador português Bartolomeu Dias chegou ao extremo sul da África, completando o aportamento tanto na costa ocidental, pelo Oceano Atlântico, quanto na costa oriental, pelo Oceano Índico. Naquele momento, vários outros reinos europeus já tinham contato com o continente africano, como espanhóis, franceses, holandeses e ingleses.

As relações estabelecidas com os europeus provocaram mudanças em muitos aspectos nas civilizações africanas. A presença dos europeus fez com que os habitantes do continente africano tivessem contato com produtos até então desconhecidos por eles. Muitas sociedades da costa ocidental também adotaram o Catolicismo e a língua portuguesa, buscando facilitar a negociação de mercadorias. Do mesmo modo, houve um grande aumento de conflitos e guerras entre aldeias africanas por causa do tráfico de pessoas. Todas essas transformações impactaram as sociedades da África.

À medida que o comércio com alguns povos africanos se consolidava, com o hábito de ancorar sempre no mesmo lugar para ali trocar mercadorias, os portugueses preferiram estabelecer pontos fixos em terra em vez de comerciar de suas embarcações. Com a licença dos chefes locais, construíram galpões, nos quais guardavam as mercadorias; e casas, para abrigar pessoas envolvidas com os negócios.

Nos locais onde o comércio era mais intenso, a Coroa portuguesa investia na construção de fortes de pedra, com materiais e trabalhadores trazidos de Portugal que seguiam plantas traçadas por especialistas. Neles, moravam administradores e soldados, que garantiam a primazia de Portugal no comércio com a região.

Alguns desses fortes, como os de Arguim, São Jorge da Mina, São Tomé e São Paulo de Luanda, tiveram vida longa e foram centros ativos de comércio, disputados por outras nações europeias, que também construíram seus fortes. Em 1637, por exemplo, os holandeses tomaram dos portugueses o forte de São Jorge da Mina, que nunca mais foi recuperado.



Ilustração do século XVII do forte de São Jorge da Mina, já depois da tomada pelos holandeses.

SOUZA, Marina de Mello. *África e Brasil africano*. São Paulo: Ática, 2007. p. 28.

A partir desta etapa, vamos aprender sobre o reino de Dongo, que foi um dos mais importantes na comercialização com mercadores europeus. Tal importância é encontrada também no fato de que a maior parte dos escravizados que chegou ao Brasil pertencia a essa região quando a escravidão não era considerada ilegal, entre os séculos XVI e XIX.

Ao estudarmos esse reino, vamos conhecer a sua história, os seus costumes, as suas crenças e como se estruturava socialmente, além de entender qual relação ele estabeleceu com Portugal e Brasil.

Reino de Dongo

Também chamado de **Ndongo**, esse reino se desenvolveu com a chegada dos povos **mbundu**, do grupo banto, à região onde atualmente está localizada a Angola. O local estava situado entre os rios Cuanza e Bengo, o que propiciava a organização da agricultura e da pecuária. Além dos vestígios arqueológicos, que ainda são escassos, todas as informações que sabemos sobre essa civilização vêm de relatos de viajantes estrangeiros que registraram suas impressões sobre aqueles povos.

A lenda que trata das origens do reino de Dongo conta que, por muito tempo, os mbundu viveram de modo muito simples, com vários chefes autônomos, sem uma liderança central, e manuseavam apenas objetos de madeira e pedra. Em certo momento, Ngola Mussuri, um serralheiro do povoado, passou a dominar a técnica do ferro e a produzir instrumentos que eram de grande serventia para a caça e a guerra, como facas e machados.

Então, Ngola passou a ser adorado por todos e foi proclamado chefe supremo de Dongo, e seu nome começou a denominar a função do líder. Em outras palavras, *Ngola* passou a ser um termo utilizado como sinônimo para *rei*. Assim como os chefes do Mali e de Gana, o Ngola era visto pela sua comunidade como o responsável pela fertilidade e pelo coletivo. Muitas vezes, o Ngola era reconhecido mais pelo seu poder místico — acreditava-se que ele tinha o dom de fazer chover — do que propriamente pelo seu poder político.

Por volta do século XVI, depois de uma batalha contra povos vizinhos, os mbundu conseguiram a independência do reino do Congo e se estabeleceram como um reino abrangente. A capital do reino era Mbanza, mas o poder do chefe se estendia para outras regiões chamadas **sobados**.

Os sobados eram unidades relativamente independentes, pois, apesar de prestarem reverência ao Ngola, mantinham seu chefe principal, e este era, então, chamado de **soba**. Para manter alguma relação com esses sobados, alguns localizados distantes da capital, era comum que o Ngola, que adotava a **poligamia**, casasse com as filhas dos sobas, estreitando os vínculos entre as diversas regiões.

O corpo administrativo do reino de Dongo era complexo e hierárquico, contando com vários funcionários reais que exerciam funções tanto nas ocupações burocráticas do reino quanto nas incumbências pessoais do chefe. Nesse contexto, vale destacar o papel do **Tandala**, que, depois do Ngola, era quem exercia o maior poder no reino de Dongo. Quem ocupava esse cargo, em geral, eram escravos, para que o Tandala não ameaçasse o poder do chefe. Por causa da lenda de origem do reino, os serralheiros ocupavam uma posição de privilégio em Dongo.

A sociedade de Dongo era dividida hierarquicamente, considerando grupos que eram livres e grupos que tinham sua liberdade cerceada. Contudo, caso cometessem crimes, os livres poderiam se tornar cativos; já os cativos poderiam se tornar livres, caso fossem incorporados à família do seu senhor.



Para saber mais sobre o povo **mbundu**, assista ao vídeo disponível no QR Code a seguir.



O Povo Mbundu |
Mwana Afrika Oficina
Cultural | Mwana
Afrika

Nas sociedades africanas, a **poligamia**, sistema no qual o homem pode se casar com várias mulheres, era sinal de prestígio: quanto mais mulheres tivesse um chefe, mais poderoso ele seria.

A figura do Ngola não era somente a principal posição política do Ndongo; para a população, representava “o senhor do sol e da chuva”, sendo responsável pela fertilidade da terra e pelo bem-estar coletivo. [...] O Ngola contava com um séquito administrativo, formado por vários funcionários reais. Entre os principais cargos, destacam-se:

- **Tandala** ou **Tendala**: Exercia o maior poder depois do Ngola. Em geral, eram escravos que ocupavam esse cargo, para não ameaçar o poder do rei e evitar abuso de poder. Possuía também a importante função de administrar o reino, no período entre um reinado e outro, até a escolha do novo Ngola.
- **Ngolambole**: Era o chefe do exército, encarregado de prestar contas das campanhas militares ao Ngola. Com o aumento dessas campanhas, passou a ser mais importante do que o Tandala.
- **Makota**: Tinha a função de “ministro”, e geralmente eram homens mais velhos que o auxiliavam na tomada de decisões. Tinha direito ao voto no momento de sua sucessão. Atuava também como conselheiro nas campanhas militares e, quando falhava, estava sujeito à pena de morte.
- **Macunze**: Espécie de embaixador que representava o Ngola e os sobas em questões políticas locais e estrangeiras, sendo conhecido pelo seu apreço pela cachaça, item indispensável para quem quisesse selar acordos com ele.
- **Mani-Ndongo**: Sacerdote supremo, cuja função era receber os missionários estrangeiros e acompanhar as campanhas militares.

Além desses funcionários, havia também cargos ligados às funções pessoais do Ngola, como: mwene lumbu (criado/mordomo); mwene musete (roupieiro) e mwene quizoula (chefe de cozinha). Os ferreiros também ocupavam posição privilegiada nessas sociedades, uma vez que eram associados ao sobrenatural e ao mito de origem.

A complexidade desse séquito administrativo do Ngola e das instituições do reino de Ndongo nos revela o quão organizadas e dinâmicas eram essas sociedades, desfazendo, dessa forma, a ideia eurocêntrica de uma África habitada por selvagens e de reinos limitados à barbárie.

COSTA, Bruno Silva; PEREIRA, Rita de Cássia Bianchi. Reino do Ndongo: culturas e dinâmicas sociais múltiplas. *Revista Ars Historica*, Rio de Janeiro, v. 16, p. 41–58, 2018. Adaptado.

A ocupação de Portugal nessa região se iniciou no século XVI com a instalação de benfeitorias, como fortalezas. Ao chegar ali, os portugueses denominaram o lugar **reino de Angola**, em referência ao título do chefe, Ngola. No final do século XVI, em 1595, foi criado o sistema de **asiento**, a partir do qual os traficantes portugueses da região tinham o privilégio de fornecer escravizados para mercados da América espanhola. Os primeiros contatos foram diplomá-

ticos, mas, ao longo das décadas, a cordialidade entre as civilizações foi dando lugar aos conflitos, que avançaram para a subordinação do reino de Dongo, efetuada no século XVII.

Os portugueses se aproveitaram dos conflitos e das rivalidades existentes entre o reino de Dongo e o reino do Congo, que brigavam pela região leste, para capturar pessoas. Por causa desses embates, o Dongo já utilizava mão de obra escravizada.

Durante esse longo período, Dongo foi governado por uma mulher, a rainha Njinga Mbande, também chamada de **Rainha Jinga**. Ela governou Dongo entre 1624 e 1663, ano da sua morte. Jinga era filha do Ngola Mbande Kiluanji com uma escravizada e, desde criança, aprendeu a manusear armas e a utilizá-las em combate.

O talento de Jinga para a diplomacia e negociação afloraram quando ela foi enviada em 1622 pelo irmão, o Ngola Mbande, para negociar a paz em Luanda com o vice-rei de Portugal. Dois anos depois, seu irmão morreu, e ela ficou em seu lugar. No momento em que assumiu como rainha, o reino de Dongo passava por uma série de conflitos, as chamadas **guerras de resistência em Angola**, as quais envolviam tanto os reinos africanos quanto o reino de Portugal.

Jinga conduzia as disputas com maestria, sabendo negociar com todos os lados, com o objetivo de aumentar seu poder e sua influência, o que aconteceu em 1630, quando se tornou rainha do reino de Matamba.



Em 2014, a Unesco produziu uma série de materiais pedagógicos que trazem, informações sobre mais de 30 personalidades femininas africanas. A **Rainha Jinga** é uma das personalidades listadas. Você pode conferir o material a respeito dela acessando o QR Code a seguir.



Njinga A Mbande:
Rainha do Ndongo e do
Matamba | Unesco

National Portrait Gallery, London | Domínio público



Slavery images | Domínio público



A Rainha Jinga foi uma figura cuja relevância e fama ultrapassaram as fronteiras do reino de Dongo. Artistas europeus retrataram a líder, como podemos ver nas imagens acima. À esquerda, litografia da Rainha Jinga feita pelo pintor francês Achille Devéria em 1830. À direita, uma pintura feita pelo padre italiano Antonio Cavazzi, retratando à Rainha Jinga à frente de uma comitiva militar, usando uma coroa cristã.

Jinga ficou conhecida como uma figura excêntrica e controversa, pois se aproximava e se afastava dos portugueses quando convinha, chegando até mesmo a se batizar no Catolicismo, adotando o nome português de Ana de Souza. No entanto, muitos enxergavam esse ato como instrumento de um jogo político para negociar e despistar os portugueses, já que ela nunca deixou de praticar as religiões tradicionais.

Em diversos momentos, Jinga combateu fortemente a presença dos portugueses no seu reino, aliando-se com os holandeses em 1640 e com os reinos vizinhos, para proteger seu reino contra as investidas dos portugueses. No entanto, ao mesmo tempo, a rainha entregava pessoas para o tráfico português.

Na Angola, a Rainha Jinga continua sendo símbolo de resistência e liberdade, e seu legado ecoa até os dias atuais. Em 1975, ela foi um dos ícones da independência do país, recebendo uma estátua em sua homenagem na cidade de Luanda, capital angolana.

Jinga: a rainha além de fronteiras

Njinga contribuiu para moldar a identidade angolana, pelos seus sucessivos deslocamentos na região, pela sua capacidade de criar alianças e pela forma como conseguiu submeter e federar povos. Ela é hoje como uma referência cultural para diferentes grupos culturais da Angola. Embaixadora, negociadora e estrategista, Jinga é uma figura histórica essencial para compreender a construção da identidade nacional angolana.

Durante a guerra de libertação de Angola (1961–1974), a recordação de Jinga foi reavivada pelos líderes nacionalistas, que fizeram dela um ícone da independência. Em 1975, quando a independência do país foi proclamada, foi-lhe dedicada uma estátua em Luanda, como símbolo da resistência e da liberdade. Hoje, Jinga ocupa um lugar importante no imaginário popular de Angola, simultaneamente símbolo de identidade, de resistência e de coesão social.

Uma referência nas sociedades de afrodescendentes

O espírito de resistência e de liberdade, simbolizado na figura de Njinga, ultrapassa largamente as fronteiras angolanas. Essa rainha encarna hoje uma figura central da história da África, como símbolo de resistência face às ambições colonizadoras da Europa. Depois da morte de Njinga, durante séculos, muitos países africanos resistiram e lutaram pela sua independência até obtê-la no século XX. Na África, a memória de Njinga inspirou as lutas pela independência.

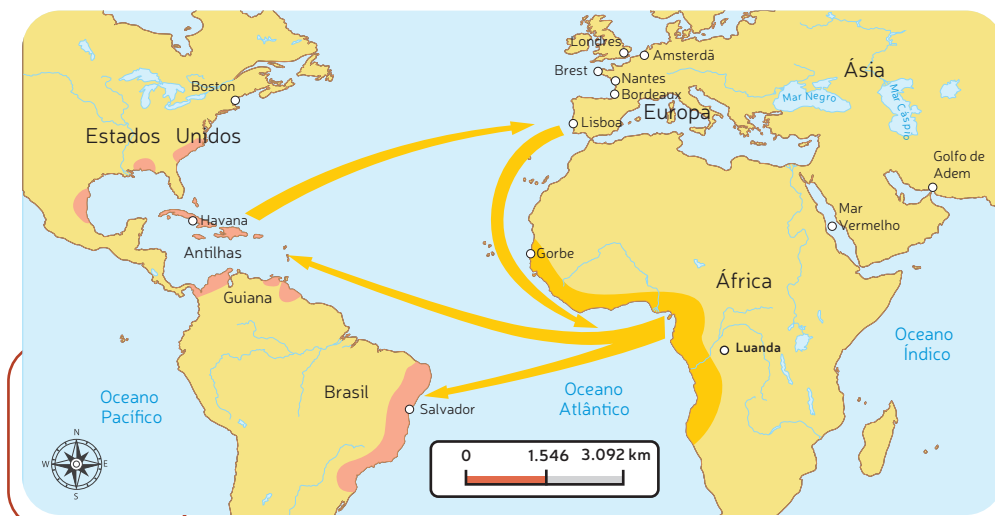
O seu esplendor estende-se até a América. A sua memória é conhecida em diversas comunidades afrodescendentes por meio de histórias, lendas e do espírito de resistência que atravessaram o Atlântico com os navios negreiros. A Rainha Jinga faz parte da memória comum do mundo afroatlântico. Por exemplo, no Brasil, vários grupos de capoeira têm o seu nome.

Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000230931/PDF/230931por.pdf>.
multi. Acesso em: 12/01/2023. Adaptado.

O tráfico de pessoas do reino de Dongo para o Brasil

Como vimos, foi do reino de Dongo que partiu a maioria dos africanos que foram escravizados em terras brasileiras. Estima-se que, nos primeiros anos da colonização do reino de Dongo, Portugal sequestrou cerca de mil pessoas para serem escravizadas. Nos anos seguintes, esse número chegou a 12.550 africanos por ano – desses, 8.500 eram trazidos para o Brasil, ou seja, cerca de 70% do total.

Até o século XVIII, era do Porto de Luanda que saía a maior parte dos traficados para o Brasil. Esse dado se justifica porque foi no reino de Dongo que Portugal encontrou mais resistência, gerando muitas guerras e conflitos. Como vimos, essas lutas entre povos facilitavam a captura de pessoas que seriam vendidas e escravizadas.



No mapa, que mostra os principais ciclos de tráfico de escravizados, é possível perceber o intenso fluxo de pessoas partindo da região atual da Angola.

Ao serem retiradas dos seus territórios, aquelas pessoas eram afastadas de tudo e de todos que conheciam e levadas para terras desconhecidas, onde costumavam ser submetidas a uma vida de violências. Apesar dessa separação brusca e da diversidade de etnias, os grupos que seguiam de maneira forçada para outro continente identificavam semelhanças entre si. As várias línguas pertencentes ao grupo banto, por exemplo, criaram uma conexão, mesmo que, desde o momento em que embarcavam nos navios negreiros, os colonizadores europeus tentassem apagar suas identidades.



Apesar de o reino de Dongo, atual Angola, ter sido devastado pelo colonialismo português, o país tem se reconstruído. Contudo, assim como o Brasil, ainda convive com as marcas que a exploração portuguesa deixou. Na imagem, vemos parte de Luanda, capital do país e o destino turístico mais procurado da Angola.

Diferentes sistemas de escravização

A escravização não foi uma prática que surgiu apenas durante a colonização dos continentes africano e americano. Desde a Antiguidade, diversos povos, como os gregos e os egípcios, criaram sistemas de escravização. Na Europa, durante a Idade Média, não foi diferente: os escravos, juntamente aos servos, ocupavam a base da pirâmide social no feudalismo.

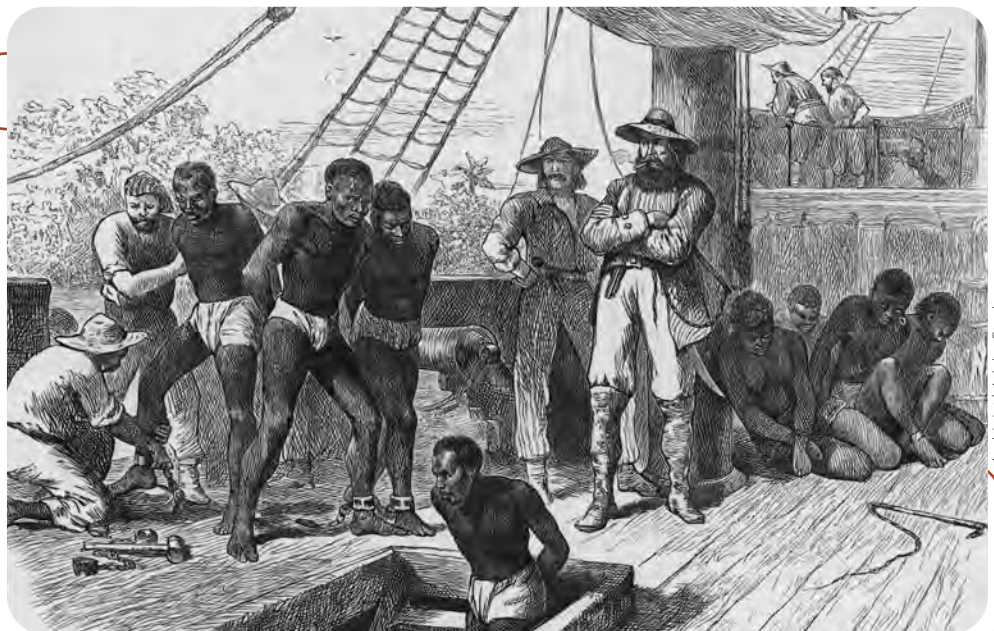
Quando os europeus chegaram à África no século XV, alguns dos povos daquele continente ainda mantinham estruturas sociais nas quais havia escravos. As guerras e os conflitos entre sociedades eram a principal maneira de escravizar pessoas, que trabalhavam para seus senhores e não podiam transitar livremente na sociedade. As mulheres eram alvos preferenciais, pois elas integravam tanto o trabalho doméstico como os haréns dos reis.

As capitais dos reinos e as grandes cidades eram locais onde mais se viam escravos, pois, nesses lugares, havia uma maior concentração de riquezas e incidência de conflitos, que resultavam na captura de pessoas para serem escravizadas. No norte da África, esse era um comércio muito lucrativo.

Entre os povos africanos que tinham escravos, era comum que houvesse uma hierarquia dentro dessa classe social, na qual os cativos podiam até mesmo ascender na sociedade. Em alguns casos, eles eram integrados às famílias de seus senhores, sendo considerados “filhos”, juntamente aos “filhos de ventre”. Alguns deles eram reconhecidos pelos seus talentos e podiam ocupar cargos de confiança. Por exemplo, ao se destacar nas funções que desempenhavam, podiam ter a oportunidade de conduzir caravanas ou tornarem-se chefes militares.

Apesar de, dentro da estrutura daquelas sociedades, essas pessoas serem escravizadas e, por vezes, submetidas a castigos físicos e comercializadas por seus senhores, elas não eram desumanizadas por completo. Sendo assim, podiam constituir suas próprias famílias e até mesmo acumular riquezas.

Outra característica marcante do sistema de escravização imposto pelos europeus aos africanos era a violência e a desumanização.



Archivist | Adobe Stock

Porém, o sistema de escravização que os europeus implantaram com o **sistema colonial** era diferente dos sistemas existentes no continente africano e até mesmo na Europa durante o feudalismo. Além das motivações econômicas que levaram os europeus a explorar africanos e povos originários do continente americano, havia a questão religiosa. As nações europeias católicas tinham como objetivo converter pessoas à religião, para, assim, aumentar o número de fiéis, que havia reduzido porque parte da população europeia tinha se convertido ao Protestantismo.

O discurso religioso foi usado para justificar a escravização de povos africanos e indígenas, sob o argumento de que eles eram pessoas sem alma e que, além de precisarem se converter à religião de seus colonizadores, constituíam-se seres inferiores. Nesse contexto, também foi usada a justificativa de serem povos sem cultura, simplesmente porque tinham diferentes modos de vida em relação aos europeus.

Os africanos no Brasil

Os primeiros africanos retirados de seu continente foram levados à Europa, mas, pouco depois, a maior parte deles foi para o continente americano — inicialmente, para as minas de prata do Peru; depois para a produção de açúcar no Brasil e no Caribe; em seguida, para a produção de tabaco, na Bahia, e de algodão, nas colônias inglesas da América do Norte. Foram levados também para explorar as minas de ouro em Minas Gerais e produzir café em São Paulo.

Como se pode perceber, a mão de obra escravizada foi a base do sistema colonial nas Américas. Ao longo dos 300 anos em que a escravização não foi considerada ilegal no Brasil, os escravizados ocuparam diversos espaços na sociedade brasileira. Eles estavam nas plantações de cana-de-açúcar e café, nas minas de metais preciosos, nos serviços domésticos e nas cidades, como vendedores, artesãos e prestadores de serviços para a administração pública.

Nações e etnias atribuídas aos africanos escravizados

Agrupadas no que os colonizadores portugueses chamaram de minas, cabindas, congos, cassanjes, angolas, benguelas e moçambiques, entre outras designações, estavam pessoas vindas de várias aldeias ou reinos, falantes de línguas diferentes, apesar de terem algumas semelhanças entre si. No entanto, os comerciantes, administradores coloniais e senhores, que punham os escravizados para trabalhar, não percebiam as diferenças entre os africanos, identificando-os principalmente a partir do porto em que foram embarcados (como Cabinda), da principal feira em que foram comprados (como Cassanje) ou do nome da região onde esses pontos de comércio se encontravam (como Angola).

Ao lado desses nomes que identificavam nações, juntando em um mesmo grupo pessoas vindas de sociedades diferentes, também apareciam nomes referentes a grupos culturais particulares, como ambundos (habitantes do reino de Dongo), anjicos (como eram chamados os habitantes do reino de Tio), ardas (do reino de Alada) ou haçuás (das cidades-Estado do

O **sistema colonial** é o conjunto de relações de dominação e subordinação ao qual os reinos europeus submetiam territórios fora de seu continente, especialmente os continentes americano e africano.

O *site Slave Voyages* reúne diversos documentos — em português, inglês e espanhol — produzidos entre os séculos XVI e XIX, como mapas, imagens, listas, entre outros, sobre o fenômeno do tráfico transatlântico, que foi resultado da migração forçada de milhares de pessoas da África para as Américas.

Você pode conferi-lo acessando o QR Code a seguir.

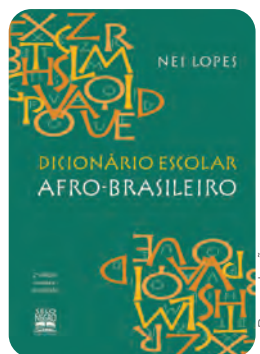


Explore the origins
and forced relocations
of enslaved Africans
across the Atlantic
World | SlaveVoyages

O site Geledés elaborou um miniglossário com palavras do nosso vocabulário que tiveram origem em línguas africanas. Você pode conferi-lo no QR Code a seguir.



Palavras de origem africana no vocabulário brasileiro | Portal Geledés



Reprodução

Dicionário escolar afro-brasileiro

Autor: Nei Braz Lopes

Essa obra oferece ao leitor, em linguagem acessível, informações sobre o universo dos afrodescendentes no Brasil. Além de abordar temas como escravização, racismo e desigualdade social, o livro apresenta biografias de personalidades negras que se destacaram em diversas esferas da vida cotidiana brasileira.

Sudão central). Além dos nomes de nação, atribuídos pelos colonizadores e geralmente adotados pelos africanos, e dos nomes de etnias, que sobreviveram à travessia do Atlântico e continuaram sendo usados na América, havia ainda os nomes criados no Brasil para designar povos com a língua, a religião ou os costumes semelhantes. Assim, *malês* era o nome dado aos africanos islamizados do Sudão central e ocidental; *nagôs* eram os iorubás da região do reino de Oió e das cidades-Estados costeiras; e *jejês*, os que habitavam mais a ocidente, na região do reino do Daomé.

Do século XV ao XIX, **nação** designava um grupo com características culturais que os distinguiam daqueles que a ele se referiam. Judeus e ciganos, tupinambás e carijós, minas e angolas eram grupos “de nação”, conforme o modo de falar do período. Nomes de nações ou de etnias são formas de atribuir uma identidade particular a um grupo, indicando que ele tem tradições, maneiras de se comportar, de pensar e de falar que lhe são próprias e o distinguem dos outros. Aos poucos, diminuíram as diferenças entre os vários africanos escravizados trazidos para o Brasil, onde passaram a conviver entre si e com os senhores de ascendência portuguesa, surgindo, então, uma cultura afro-brasileira, em que as diferenças étnicas ficaram em segundo plano.

SOUZA, Marina de Mello. *África e Brasil africano*. São Paulo: Ática, 2007. p. 62. Adaptado.

A relação construída entre africanos e portugueses ao longo desses anos foi forjada em injustiças, mas também na resistência: as fugas, as negociações, as rebeliões e a criação de **quilombos** — comunidades formadas, em sua maioria, por escravizados que fugiam de seus senhores —, que mostraram a tenacidade dos povos africanos em não sucumbir ao sistema perverso ao qual eles eram submetidos.

A cultura afro-brasileira

Um dos objetivos da escravização era a completa alienação dos africanos de suas culturas. Porém, mesmo brutalmente apartados de suas origens, os africanos não as abandonaram, recriando-as em solo brasileiro da forma como era possível. Com o passar dos séculos, as culturas provenientes de diferentes povos da África foram se fundindo, dando origem a uma cultura hoje chamada de **afro-brasileira**, que contribuiu fortemente para a formação da nossa identidade, juntamente com as práticas portuguesas e indígenas.

Foram várias contribuições que as pessoas trazidas da África deixaram para nossa cultura. Por exemplo, os bantos, grupo que foi trazido para o Brasil da região do reino de Dongo, deixaram uma forte marca nas palavras do nosso dia a dia, como *caçula*, *quitanda*, *cochilo*, *fofoca* e outras milhares. Danças, músicas, instrumentos musicais e festejos bantos (como as congadas), maracatu, samba e muitos outros elementos são expressões da cultura brasileira que só foram possíveis devido à influência africana.



O maracatu é uma das manifestações culturais brasileiras que surgiu em Pernambuco em meados do século XVIII. Mistura elementos das culturas africanas e indígenas, possuindo duas vertentes: o maracatu rural, ou de baque solto, e o maracatu nação, ou de baque virado.

Raízes da gastronomia afro-brasileira

Uma das heranças mais importantes deixadas por africanos escravizados durante o período colonial é a rica gastronomia. A culinária afro-brasileira foi concebida a partir da adaptação dos povos africanos aos novos ingredientes disponibilizados, da necessidade de sobrevivência e da adaptação de pratos religiosos.

Quando eram capturados na África, os africanos não podiam levar qualquer item consigo, a não ser a bagagem cultural. Quando chegaram ao Brasil, poucos ingredientes lhes eram dados. Por meio do improviso, eles reinventaram sua maneira de cozinhar, por exemplo substituindo o inhame pela mandioca e adaptando o costume indígena de consumo de peixe. A comida que, até hoje, é oferecida aos orixás também passou a fazer parte da dieta dos escravizados. Posteriormente, algumas comidas servidas somente a orixás passaram a ser comercializadas, como o acarajé, oferecido a lansã.



Art by Pixel | Adobe Stock



jonaseducardol | Adobe Stock

O acarajé (à esquerda) e o vatapá (à direita) são dois pratos típicos da culinária brasileira e tradicionais da Bahia. Seus nomes são de origem iorubá, um dos dialetos falados pelos povos africanos trazidos ao Brasil.

A importância da gastronomia africana se revela no dia a dia dos brasileiros. A feijoada, um dos pratos mais comuns, tem origem nas senzalas. Os escravizados ficavam com as sobras da carne de porco da casa grande e as misturavam com feijão preto ou carioca. Outros pratos, como o vatapá, o cuscuz, a canjica, o bobó, o arroz-doce e o angu, também são bastante populares em todo o território brasileiro. A cozinha africana fez valer os seus temperos, e a sua maneira de cozinhar modificou os pratos portugueses e indígenas, reafirmando sua própria cultura e criando a cozinha brasileira.

Disponível em: <http://www.pastoraluniversitaria.puc-rio.br/2021/11/30/raizes-da-gastronomia-afro-brasileira/>. Acesso em: 24/11/2022. Adaptado.



Sincretismo é o que define práticas culturais, religiosas e ideológicas compostas por diferentes manifestações de culturas, religiões e ideologias. Em outras palavras, são novas culturas, religiões e ideologias, formadas pela mistura com outras.

Na imagem, podemos encontrar um exemplo do sincretismo religioso brasileiro, pois o altar apresenta elementos do Candomblé, do Catolicismo e da Umbanda.

As manifestações religiosas também foram fundamentais para a construção da identidade cultural afro-brasileira, e tais elementos resistiram às repressões dos portugueses. Desse modo, o contato entre os diferentes povos africanos fez com que, além da identificação de elementos culturais semelhantes, houvesse uma intensa troca entre eles. A partir dessa troca, ritos e costumes de diferentes povos fundiram-se, dando origem às religiões de matriz africana.

Para diversos povos africanos, a espiritualidade era um aspecto central de suas vidas. Os povos bantos, por exemplo, tinham rituais por meio dos quais eles entravam em contato com o sobrenatural: ancestrais, espíritos e deuses. O contato com essas entidades era feito apenas por aqueles que dominavam certos conhecimentos, tendo como objetivo resolver problemas do cotidiano.

A religião era uma maneira de os povos africanos firmarem laços de solidariedade entre si. Os grupos bantos recorriam às entidades, buscando adivinhações, cura para doenças, conquista de parceiros, mansidão dos senhores e outras questões que lhes inquietavam. Essas práticas foram denominadas no Brasil de **calundus**. Outros povos africanos trazidos para o país direcionavam suas adorações para forças e elementos da natureza, os **orixás**.

No Brasil, as denominações **candomblé**, de herança linguística banto, e **umbanda**, que significa, em quimbundo, “medicina” — o que remete às práticas de cura —, foram designações genéricas de ritos religiosos africanos.

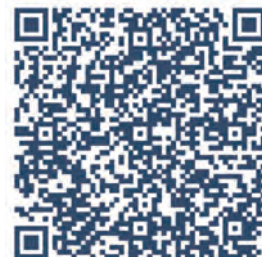
As práticas religiosas, assim como todos os outros traços culturais dos povos africanos, eram vistas como erradas, ideia que se baseava na visão preconceituosa dos europeus sobre sociedades que não tinham os mesmos costumes que eles. Por essa razão, eram condenadas e perseguidas pelos portugueses. Além disso, os africanos eram obrigados a se converter ao Catolicismo, que, na época, era a religião oficial de Portugal.

Nesse contexto, uma das estratégias de resistência dos africanos escravizados para continuar praticando seus ritos foi associar as entidades das suas religiões a santos católicos, que eles conheciam por causa do ensino obrigatório do Catolicismo. Ou seja, ao direcionarem preces para determinados santos da Igreja Católica, estavam, na realidade, cultuando os orixás. Essa é uma das principais razões pela qual a religiosidade afro-brasileira é profundamente marcada pelo **sincretismo**.

A tabela a seguir mostra uma das formas pelas quais o sincretismo religioso se manifesta na cultura afro-brasileira, isto é, a associação feita entre os orixás das religiões de matriz africana e os santos da Igreja Católica.

Iansã	Santa Bárbara
Yemanjá	Nossa Senhora da Conceição
Ogum	São Jorge
Oxóssi	Santo Antônio
Xangô	São João/São Jerônimo
Oxalá	Nosso Senhor do Bonfim/Espírito Santo
Oxum	Nossa Senhora das Dores
Obá	Santa Catarina
Oxumaré	São Bartolomeu
Ossaim	São Francisco de Assis

Para saber mais sobre a Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim, leia o texto publicado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), disponível no QR Code a seguir.



Festa do Senhor Bom
Jesus do Bonfim |
Iphan

Os ritos e sincretismos que fizeram parte da construção da identidade brasileira se estenderam até os dias atuais, tornando-se parte da nossa cultura. Por exemplo, celebrações tradicionais, como as dos santos Cosme e Damião – que ocorrem em diversos estados do Brasil – e a de Nosso Senhor do Bonfim – em Salvador –, incorporam elementos de religiões de matriz africana ao Catolicismo. Outro exemplo é o uso, por brasileiros de diversos credos, da espada-de-são-jorge – planta herbácea de origem africana, também chamada de **espada-de-ogum** – como amuleto de proteção.



João Souza | Shutterstock

A lavagem da escadaria da Igreja de Nosso Senhor do Bonfim é uma celebração anual que acontece no mês de janeiro desde 1745. A celebração se inicia após o Dia dos Santos Reis e se encerra no segundo domingo após a data, com a tradicional lavagem das escadarias, realizadas por mulheres integrantes de religiões afro-brasileiras. Na imagem, mulheres baianas lavando as escadarias da Igreja de Nosso Senhor do Bonfim, em celebração realizada em janeiro de 2015.

Refleta sobre o conteúdo

1. Para responder à questão, leia o texto abaixo e assista ao vídeo disponível no QR Code ao lado.

[...] Nzinga nasceu entre 1581 e 1582, anos após a chegada do navegador português Paulo Dias de Novais (1560) à região e da fundação da cidade de Luanda (1575), em um contexto de lutas e resistência contra a ocupação portuguesa. A partir de 1580, os portugueses intensificaram o comércio de escravizados, entraram em guerra contra o Ndongo e dominaram toda a região. Filha de Ngola Mbande Kiluanji, rei do Ndongo, mostrou-se exímia negociadora ao ser enviada pelo irmão, sucessor do rei Ngola Mbande, a Luanda, um dos maiores centros de exportação de escravizados do continente africano, a fim de negociar um tratado de paz que estabeleceria o respeito à soberania do reino. Nzinga conhecia bem a língua e a cultura portuguesas, em virtude dos contatos com missionários e comerciantes que passavam pelo Ndongo.

Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/?p=53160>. Acesso em: 13/01/2022. Adaptado.

Qual foi a importância da Rainha Jinga para o reino de Dongo e por que é importante conhecer sua história?

Espera-se que o aluno identifique que a Rainha Jinga foi uma figura fundamental para proteger o povo de Dongo e que, por ter sido uma governante tão excepcional, seu legado ultrapassou gerações, fazendo-a ser conhecida em diversos locais do mundo. Espera-se também que ele assimile que conhecer a história de Jinga é importante porque ela se constituiu um forte símbolo de luta e resistência.

2. Leia o texto que segue.

Desde que europeus apareceram ali, em suas embarcações enormes, trazendo consigo várias mercadorias apreciadas pelos africanos, os chefes das aldeias costeiras, das confederações de aldeias e de reinos tiveram acesso a riquezas e a um poder muito maiores do que os que existiam até então. A vontade de se aproximar desses comerciantes brancos, de receber seus presentes e de trocar mercadorias com eles fez com que alguns grandes chefes, que viviam em suas capitais mais ao interior, até então interessados no comércio com o Sael, voltassem os olhos para o litoral.

SOUZA, Marina de Mello. *África e Brasil africano*. São Paulo: Ática, 2007. p. 65. Adaptado.



Quem foi Nzinga | A
Rainha de Angola |
Bom Saber

O texto lido faz menção a um processo histórico que teve implicações diretas na colonização do Brasil. Foi ele:

- a) a ocupação da costa ocidental da África, desabitada até o século XV.
- b) a divisão do território brasileiro em capitanias hereditárias.
- c) o contato dos europeus com os diferentes povos africanos.
- d) o início da relação dos europeus com os indígenas do território americano.
- e) a cristianização de reinos europeus após o contato com povos africanos.

3. Analise o trecho da reportagem a seguir para responder à questão.

Dos santinhos ao BBB: quem é Anastácia, ícone da cultura negra

Estampada em camiseta de Linn da Quebrada no programa, mulher que se tornou símbolo de resistência à escravização é cultuada em religiões afro-brasileiras.

Ao entrar na 22ª edição do BBB (Big Brother Brasil), a atriz e cantora Linn da Quebrada chamou a atenção nas redes sociais por causa da camiseta que vestia. A peça é estampada com uma intervenção sobre uma imagem consagrada como sendo de Anastácia, canonizada em religiões afro-brasileiras e ícone da cultura negra nacional. Segundo a artista e teórica portuguesa Grada Kilomba, [...] não há consenso sobre a história de Anastácia, que viveu entre os séculos XVIII e XIX, mas algumas narrativas dizem que ela fazia parte de uma família real de Angola, tendo sido sequestrada e escravizada no Brasil. [...] Na camiseta vestida por Linn da Quebrada, Anastácia aparece sorrindo e não usa o instrumento de tortura, conhecido como **máscara de Flandres**, que acompanha o seu suposto rosto no quadro pintado por Jacques Étienne Arago, em 1817, durante a Missão Artística Francesa no Brasil. Essas modificações, feitas a partir da obra original, são assinadas pelo artista visual Yhuri Cruz, que deu à escravizada o nome de "Anastácia Livre".

Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2022/01/21/Dos-santinhos-ao-BBB-quem-%C3%A9-Anast%C3%A1cia-%C3%Adcone-da-cultura-negra>. Acesso em: 04/11/2022. Adaptado.

A ligação entre o Brasil e a África é profunda e remonta à chegada de povos africanos escravizados no nosso país desde o século XVI. Sobre esse tema, assinale a alternativa **correta**.

- a) Em geral, as religiões afro-brasileiras não permitem figuras femininas em sua liturgia, o que reforça a importância de Anastácia para a cultura negra do Brasil.
- b) É provável que o quadro pintado por Jacques Étienne Arago não retrate uma pessoa real, mas, sim, uma descrição feita por seus contemporâneos, já que o tráfico de africanos foi proibido no Brasil no século XVIII.
- c) As modificações feitas na obra original de 1817 são um exemplo de falseamento da história, já que não retratam fielmente o fato histórico abordado.

d) É pouco provável que Anastácia tenha saído de Angola, visto que esta não foi uma região que ofereceu um número expressivo de escravizados para o mercado europeu.

Ao usar a camisa de Anastácia sem o instrumento de tortura e sorrindo, a cantora Linn da Quebrada busca reforçar positivamente a cultura afro-brasileira, ressignificando o sofrimento das pessoas negras no Brasil.

4. (Enem–Adaptada) Analise o texto abaixo.

Torna-se claro que quem descobriu a África no Brasil muito antes dos europeus foram os próprios africanos trazidos como escravos. E esta descoberta não se restringia apenas ao reino linguístico, estendia-se também a outras áreas culturais, inclusive à da religião. Há razões para pensar que os africanos, quando misturados e transportados ao Brasil, não demoraram em perceber a existência entre si de elos culturais mais profundos.

SLENES, R. Malungu, ngoma vem! África coberta e descoberta do Brasil. *Revista USP*, n. 12, dez./jan./fev. 1991-1992. Adaptado.

Com base no texto, ao favorecer o contato entre indivíduos de diferentes partes da África, a experiência da escravização no Brasil tornou possível a:

formação de uma identidade cultural afro-brasileira.

b) superação de aspectos culturais africanos por antigas tradições europeias.

c) reprodução de conflitos entre grupos étnicos africanos.

d) manutenção das características culturais específicas de cada etnia.

e) resistência à incorporação de elementos culturais indígenas.

5. (Unicamp–Adaptada) Leia o trecho a seguir.

A rainha Jinga (1624–1663), governante seiscentista do Ndongo, um reino da África Central situado na atual Angola, chegou ao poder graças à sua competência militar, à diplomacia bem-sucedida, à manipulação da religião e de conflitos entre potências europeias. Ela [...] dominou o reino vizinho de Matamba e o governou por três décadas junto com o que restou do poderoso reino Ndongo; desafiou treze governadores portugueses que regeram Angola entre 1622 e 1633. Apesar de seus feitos e do longo reinado, [...] ela foi desacreditada pelos contemporâneos europeus e por autores posteriores.

HEYWOOD, Linda. *Nzinga de Angola: a rainha guerreira de África*. Lisboa: Casa das Letras, 2017. p. 10-12. Adaptado.

Com base no excerto e em seus conhecimentos, assinale a alternativa **correta**.

a) Apesar da oposição dos missionários e comerciantes portugueses que viviam em Luanda, a Rainha Jinga aboliu o tráfico atlântico de africanos e perseguiu os europeus que permaneceram nesse comércio.

b) A falta de representatividade de mulheres em sociedades africanas explica o fato de a Rainha Jinga ser desacreditada pelos seus contemporâneos, algo que não aconteceria nos dias atuais.

- a) A Rainha Jinga comandou o reino de Ndongo com destreza diplomática, formando, quando era viável e necessário, alianças com reinos vizinhos, bem como com reinos europeus, como Portugal e Holanda.
- d) A curta duração do reino da Rainha Jinga mostra que ela não estava bem preparada para assumir o maior posto do reino de Ndongo, e a perda do território de Matamba mostra isso.
- e) A Rainha Jinga foi expressiva apenas enquanto durou seu reinado. Depois de sua morte, por ter sido desacreditada por seus contemporâneos, foi esquecida e atualmente só é lembrada por pequenos grupos em Angola.

6. Leia os textos a seguir.

Texto I

A relação dos santos Cosme e Damião com religiões de matriz africana

Nesta segunda-feira, 27 de setembro, comemora-se o dia de São Cosme e São Damião, santos católicos que, por processos históricos e culturais, também foram incorporados ao imaginário do Candomblé e da Umbanda, religiões de matriz africana. Gêmeos, os santos são considerados protetores das crianças e dos médicos. Nas religiões de matriz africana, os irmãos são símbolo da inocência e, por isso, recebem oferendas de doces, frutas e guloseimas.

Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2021/09/27/A-rela%C3%A7%C3%A3o-de-S%C3%A3o-Cosme-e-Dami%C3%A3o-com-religi%C3%B5es-de-matriz-africana>. Acesso em: 04/11/2022. Adaptado.

Texto II

Quaisquer que sejam suas denominações, as religiões de origem africana nas Américas são, há mais de 500 anos, em termos históricos e afetivos, a maior e mais sólida ponte entre a África e sua diáspora e o continente-mãe; entre os nativos de descendentes e sua ancestralidade mais remota. Como exemplo disso, o estudo da história dessas religiões, apesar das peculiaridades locais, mostra grande semelhança e sincronicidade entre certos fatos históricos, como a organização dos primeiros candomblés na Bahia e a estruturação de várias formas de culto em Havana e Santiago de Cuba. É assim que vemos, surpreendentemente, as mesmas entidades espirituais sendo cultuadas, simultaneamente, no Brasil e em todo o Caribe.

LOPES, Nei. *História e cultura africana e afro-brasileira*. São Paulo: Balsa Planeta, 2008. p. 97.

Os textos lidos se referem a um processo cultural que é constitutivo da religiosidade afro-brasileira, isto é, o(s):

- a) sincretismo.
- b) Cristianismo.
- c) politeísmo.
- d) orixás.
- e) calundus.

Reconhecendo a cultura afro-brasileira

Vimos, neste capítulo, que a formação do Brasil teve fortes contribuições de povos africanos. Neste mapa mental, vamos relembrar algumas dessas contribuições e conhecer outras por meio da pesquisa que você fará para preencher o esquema.

Contribuições africanas para as manifestações culturais brasileiras

Religiosidade e crenças



O sincretismo religioso é um dos aspectos marcantes da nossa cultura.

Música e dança

Muitos estilos musicais que se consagraram como tradição brasileira têm suas origens na África.

O maracatu, o samba e o coco são alguns dos principais ritmos afro-brasileiros.

Muitos desses ritmos são executados com instrumentos musicais específicos vindos da África.

A capoeira é uma mistura entre dança e luta e foi criada no Brasil por escravizados africanos.

Festas

Algumas festas, como o congado, fazem parte da tradição de diversos locais no Brasil.

Quais festas tradicionais de sua região ou estado têm origem ou influência de povos africanos?

Você consegue identificar, no seu cotidiano, crenças e práticas que sejam heranças de povos africanos?

Quais instrumentos utilizados nessas manifestações são de origem africana?



Quais são os dois principais tipos de capoeira?





ISBN 978-858168831-2



9 788581 688312

PRAZER[®]
DE
LER